

ANO XII - Nº 21 - FEVEREIRO DE 2001

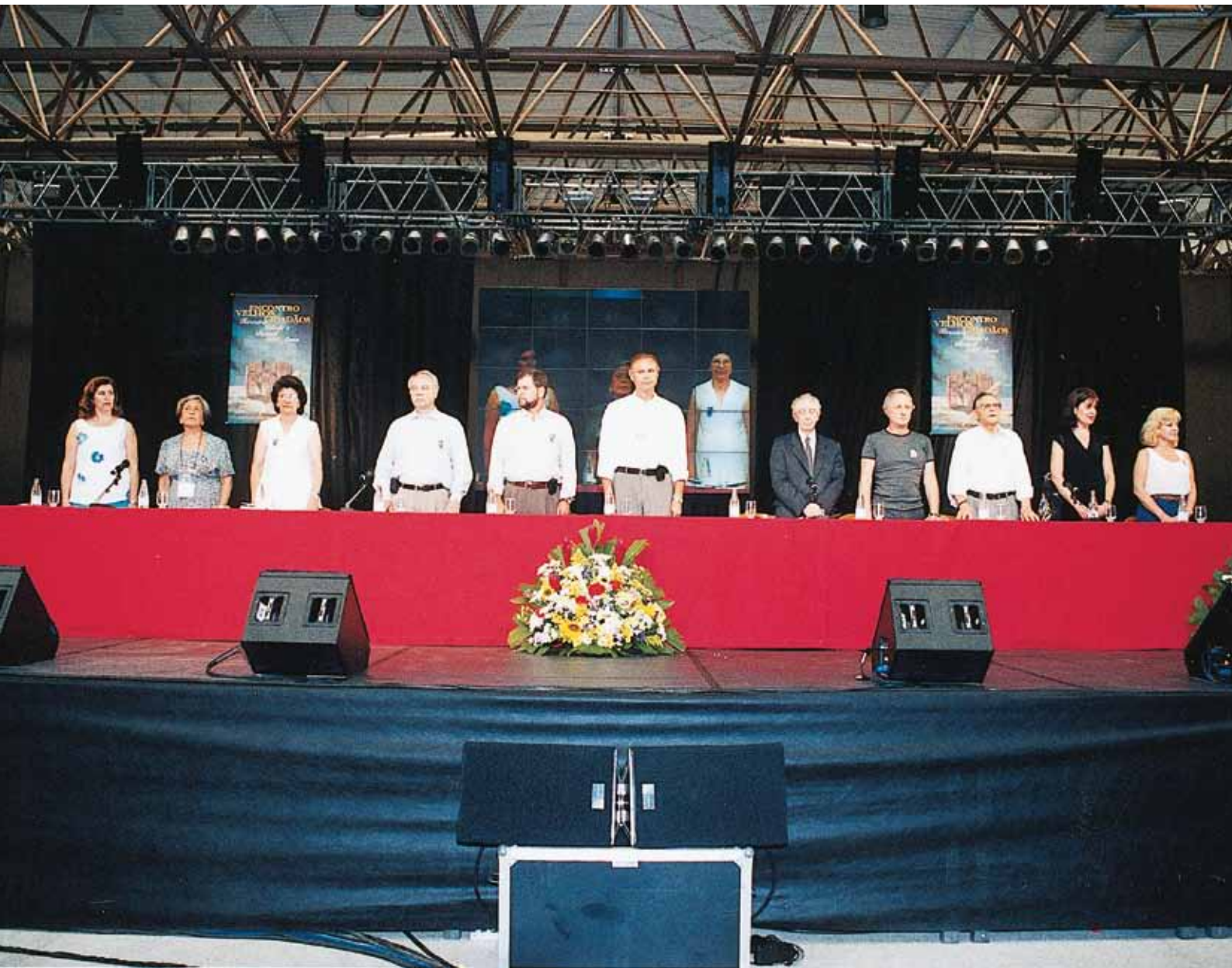
ATERCEIRAIDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

ENCONTRO VELHOS CIDADÃOS



SESC
SÃO PAULO





5

A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO CARÁTER BRASILEIRO

Roberto Gambini



17

O BRASIL NA VISÃO DOS PORTUGUESES

Carminda Nogueira de Castro Ferreira



25

PORTUGAL NA VISÃO DOS BRASILEIROS

Cecília Helena de Salles Oliveira



33

AS CONDIÇÕES DE VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Lourdes Mesquita Siqueira



43

A SITUAÇÃO DOS VELHOS NO BRASIL

Ignácio Simão Kunrath



49

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Úrsula Margarida Simon Karsch



55

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ENTIDADES PRIVADAS PARA A TERCEIRA IDADE NO BRASIL

Hermínia Brandão



61

A SITUAÇÃO DOS IDOSOS PORTUGUESES E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE EM PORTUGAL

José Dias

Publicação Técnica editada pelo SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC), Administração Regional no Estado de São Paulo - Av. Paulista, 119 - 9º andar - CEP 01311-903 - Tel. 3179-3578 São Paulo-SP. Diretor do Departamento Regional do SESC/SP: Danilo Santos de Miranda, Superintendente Técnico-Social: Joel Naimayer Padula, Gerente de Estudos e Programas da Terceira Idade: Marcelo Antonio Salgado. COMISSÃO EDITORIAL: Antonio Arroyo (Organização e Revisão), José Carlos Ferrigno (Organização e Revisão), Maria Lucia Del Grande, Regina Ribeiro (Organização e Revisão), Marcelo Antonio Salgado (Coordenação). PROJETO GRÁFICO: Eron Silva. ARTE: Cristina Miras, Cristina Tobias, Euripedis Silva, Marilu Donadelli, Lourdes Teixeira. Fotos: Nilton Silva

Artigos para publicação podem ser enviados para apreciação da comissão editorial, no seguinte endereço: Revista Terceira Idade - Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade (GETI) - Av. Paulista, 119 - 9º andar CEP 01311-903 - Fone (011) 3179-3570 - Fax (011) 3179-3573 - e-mail: sescsp@sescsp.com.br - São Paulo - SP



ERRATA DA EDIÇÃO 20 DA REVISTA A TERCEIRA IDADE
Fotos de Camila Sposati

As fotos reproduzidas ao lado e que ilustram o artigo "O Desafio da Longevidade e o Suporte ao Cuidador" de Maria das Graças Sobreira Leal publicado na edição de no. 20, são de autoria de Camila Sposati.





APRESENTAÇÃO

Nesta edição especial da revista A Terceira Idade apresentamos as palestras que fizeram parte do Encontro Velhos Cidadãos, realizado entre os dias 24 e 27 de outubro de 2000, no SESC Itaquera, em São Paulo. Reunindo cerca de 2.500 idosos representantes de grupos oriundos de vários Estados brasileiros, esse evento fez parte do calendário do SESC de São Paulo, alusivo aos 500 anos do Descobrimento do Brasil e buscou refletir sobre nossa história.

O intenso processo de miscigenação de etnias que tem caracterizado a formação do povo brasileiro determinou um caráter nacional, cuja compreensão ainda hoje desafia sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais, historiadores e outros especialistas. Sem dúvida, o Brasil é um dos países que mais recebeu influências de outros povos. O imenso "caldeirão cultural" constituído por indígenas, negros, portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, franceses, holandeses, eslavos, etc., resultou em um povo marcado por inúmeras singularidades.

Como fomos colonizados pelos portugueses, o Encontro Velhos Cidadãos deu especial ênfase à reflexão acerca da influência portuguesa no desenvolvimento de nossa cultura. As representações que os brasileiros desenvolveram em relação aos portugueses e aquelas que se formaram nos portugueses a nosso respeito, também foram tematizadas em diversas palestras,

a partir de várias manifestações do imaginário popular.

O SESC recebeu com muita satisfação a visita de uma delegação de idosos de Portugal, especialmente vinda para o evento. Essa participação ensejou a confraternização entre dois povos irmãos, além de uma profícua troca de experiências em relação às políticas e programas de entidades privadas e governamentais de Brasil e de Portugal no que se refere ao atendimento da chamada Terceira Idade. Técnicos e lideranças de movimentos de idosos dos dois países relataram e analisaram o atendimento ao idoso em áreas como previdência, saúde, educação, cultural, lazer, turismo, etc.

O momento culminante desse histórico encontro foi a leitura e aprovação em assembléia da "Carta aos Governantes", elaborada por uma comissão de idosos. Esse documento, baseado na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, relatando a descoberta do Brasil, tece considerações sobre a situação do Brasil de hoje.

Como sabemos, há ainda um longo caminho de conquistas a ser percorrido para que os idosos recebam da sociedade o carinho e o respeito que merecem, concretizados por melhores condições de vida. É necessária a conjugação de esforços de toda a sociedade brasileira nessa direção. O empresariado do comércio através do SESC tem procurado fazer sua parte.

Abram Szajman

Presidente do Conselho Regional do SESC de São Paulo



A Influência da Colonização Portuguesa na Formação do Caráter Brasileiro

ROBERTO GAMBINI

SOCIÓLOGO. MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE DE CHICAGO, NOS ESTADOS UNIDOS. PSICANALISTA DIPLOMADO NO INSTITUTO JUNG DE ZURIQUE, NA SUÍÇA.

“Brasileiros e portugueses têm uma história em comum. Portugal, de certa forma, é o nosso pai e a nossa mãe, e no entanto muitas vezes Brasil e Portugal ficam de costas uma para o outro, não levando em conta que há muita experiência e muitos planos de futuro para trocar. Portugal nos últimos dez anos teve um desenvolvimento extraordinário e está na Comunidade Européia como um país próspero, um país que se modernizou rapidamente e que tem várias experiências para ensinar aos brasileiros”.

O que estamos comemorando nesta data? Qualquer sociedade avançada respeita seus idosos, portadores da memória de um povo e garantia da autoridade moral. É na idade madura que o ser humano transforma experiência ou sofrimento em sabedoria. Por essa razão, quando uma sociedade não dá valor aos homens e mulheres que já passaram pelas etapas mais ativas da vida, que ocuparam um lugar na sociedade ao constituir uma família e contribuir para a construção da nação, isso é sinal que essa sociedade está mal, porque não é capaz de valorizar a geração de sabedoria.

Cumprimento uma instituição como o SESC, que vem há anos desenvolvendo programas que, antes de mais nada, lembram que o ser humano na sua idade madura merece ser valorizado porque trazem si algo que não tem preço, que é a filosofia de vida. É através dos grupos de pessoas mais idosas que se pode ter uma consciência clara do que tem valor e do que não tem valor, de como é melhor viver a vida, do que é importante se desenvolver num país e das coisas que não têm importância. Os jovens precisam de um espelho para se mirarem e esse espelho deve ser a geração que está na frente, capaz de lhes transmitir uma lição e uma esperança.

Gostaria que voltássemos no tempo e nos lembrássemos de quando nossa professora no primário nos ensinava História do Brasil, fazendo com que pouco a

pouco, como crianças, fôssemos adquirindo uma identidade brasileira, uma idéia de como nosso país se formou e de como se formou a mentalidade brasileira ou, como gosto de dizer, como se formou a alma do Brasil. A alma, no sentido daquela dimensão profunda que se manifesta em todos nós e faz com que sejamos um povo único, diferente de qualquer outro povo do planeta, possuidor de traços maravilhosos e de problemas seríssimos. Vou voltar um pouco para essas noções, que ficaram na nossa cabeça, para refletir especialmente sobre a questão de sermos um povo formado por três grandes raças: a raça índia, que é a nossa raça mãe, a raça portuguesa, que com ela se misturou e a raça africana, que também se misturou com as outras duas, criando um povo único no planeta. A questão que quero discutir com vocês é como se deu esse encontro, qual foi o papel que os portugueses desempenharam e qual é o grande valor que existe nessa mistura.

Brasileiros e portugueses têm uma história em comum. Portugal, de certa forma, é o nosso pai e a nossa mãe, e no entanto muitas vezes Brasil e Portugal ficam de costas um para o outro, não levando em conta que há muita experiência e muitos planos de futuro para trocar. Portugal nos últimos dez anos teve um desenvolvimento extraordinário e está na Comunidade Européia como um país próspero, um país que se modernizou rapidamente e que tem várias experiências

para ensinar aos brasileiros.

Como é que se formou a alma do Brasil? A primeira coisa que aprendemos na escola é que o Brasil foi descoberto. “Descobrimento” parece uma palavra mágica. Parece que somos um povo que tem uma história diferente de outros que foram conquistados através de guerras.

Hoje os historiadores estão mudando essa história. O que aprendíamos há 40, 50 anos era uma história mais ou menos assim: Portugal era um país muito pequeno no extremo da Europa, voltado para o oceano. Como não podia crescer para o lado da Espanha, tinha que conquistar os mares. O destino de Portugal nos anos 1400/1500 era perder o medo do oceano. Na Antigüidade, na Idade Média, as pessoas achavam que a Terra era plana e que a Europa estava no centro do mundo, que, por sua vez, estava rodeado de água. Os povos tinham medo do oceano porque não sabiam onde ele acabava. Os mitos que os europeus tinham eram de que o mar terminaria, de repente, num grande precipício, e se uma embarcação fosse muito longe despencaria nesse abismo; ou então, que o oceano abrigava monstros marinhos que fariam naufragar as embarcações e devorariam seus tripulantes. A imaginação européia estava cheia de medos a respeito do mar. Ora, os portugueses foram o povo que dominou o mar. Inventaram a caravela, uma embarcação extremamente inteligente porque era mais leve do que as anteriores

e desenvolvia uma boa velocidade com os ventos. Um dos reis portugueses fundou a Escola de Sagres, que na verdade não era um prédio mas uma reunião de sábios, homens que entendiam de astronomia, de navegação, de geografia, de filosofia.

Um pouco antes de 1500, Portugal estava se tornando uma nação de vanguarda do mundo civilizado. Foi Portugal, um país tão pequeno, que promoveu o que hoje chamamos de globalização, quando perdeu o medo do mar e começou a estabelecer pontos de contato na costa da África, na Índia, no Japão, na China, e posteriormente na imensa costa de oito mil quilômetros do Brasil.

Portugal foi um agente de dispersão da civilização européia. As caravelas portuguesas espalharam mudas de árvores pelo mundo inteiro, levaram a cana-de-açúcar de um continente para outro, levaram a laranjeira, o carvalho, a macieira e a videira. As caravelas iam e vinham trazendo especiarias e levando sementes de árvores. Um país tão pequeno ajudou a espalhar árvores pela Terra. Um pouco antes de 1500, Portugal estava entrando na sua época de ouro, retratada de maneira maravilhosa no poema *Os Lusíadas* de Camões, onde é narrada essa grande aventura dos portugueses pelos mares e os perigos que encontraram.

Vamos pensar um pouco sobre a mentalidade dos portugueses na época das grandes viagens, dos grandes descobrimentos. Os portugueses se sentiam

muito corajosos, cheios de energia, de vontade de se expandir, de conquistar terras e de aumentar o número de cristãos pelo mundo. A Igreja Católica estava interessada na conversão dos povos, chamados de gentios, quer fossem mouros, árabes que tinham ocupado a Espanha e que foram expulsos durante os anos 1400, quer fossem judeus. A religião católica se sentia como religião vitoriosa. Então temos um bando de homens, fidalgos, comerciantes, camponeses e até gente de quinta categoria, que tentavam uma grande aventura na vida (um pouco parecido com o que aconteceu no Brasil, quando pessoas do Nordeste ou de São Paulo, na época das Bandeiras, saíram para procurar ouro em Minas Gerais e Goiás ou para desbravar a floresta amazônica, nos chamados movimentos de expansão). Portugal portanto queria se expandir. Vejam bem, essa vontade de se expandir era masculina, porque as mulheres portuguesas, nesse período, viviam uma vida muito tradicional, recatadas e presas dentro de casa. Naquela época, as mulheres não podiam estudar, comandar instituições ou influenciar a política. Toda a aventura portuguesa e espanhola foi, portanto, masculina. Foi feita pelo ponto de vista dos homens, que é diferente do ponto de vista das mulheres. Se, na esquadra de Pedro Álvares Cabral, ou em todas as demais, as mulheres portuguesas tivessem vindo junto com os jesuítas ou os governadores gerais, e se pudessem ter

dado a sua opinião, talvez a História do Brasil tivesse sido diferente. A mulher é mais preocupada com os valores familiares, com a casa, com a agricultura, com a saúde, enfim é mais cuidadosa com o outro ser humano. A mulher age mais com o sentimento.

A força maior está na soma da energia feminina com a masculina. A conquista das Américas foi feita apenas com a energia masculina, que tem um lado bom e um lado ruim. O lado bom foi a coragem de atravessar os mares, o contato com povos que falavam outra língua, e a expansão do império português e dos limites do mundo. Isso é típico do homem: o lado fálico, a vontade de penetrar o desconhecido e conquistá-lo. É o lado de não ter medo de conquistar e vencer. É uma parte boa, que precisa ser contrabalançada por certas qualidades femininas, como a compaixão, o sentimento amoroso, a noção de equilíbrio, de proteção à vida e de justiça. E todos sabemos que no início de nossa história não houve esses sentimentos. A conquista das Américas e o descobrimento do Brasil têm um lado bonito, e um triste.

Se estamos comemorando 500 anos de descobrimento, brasileiros e portugueses temos que ter a maturidade de olhar os dois lados dessa história. Se tivemos culpas, está na hora de assumi-las, como por exemplo a Igreja Católica está começando a fazer. Não quero lançar culpa em ninguém. Estou levantando

uma questão para refletirmos e compreendermos um processo de 500 anos, um processo complexo, bonito e dramático. Quero falar do lado bonito e do lado dramático. O bonito é que no nosso país, em abril de 1500, aconteceu o encontro entre duas partes completamente diferentes da humanidade: a parte européia, representada pelos portugueses, e as populações indígenas que habitavam o Brasil há 10, 20, 30 mil anos. O primeiro momento desse encontro está lindamente descrito na carta de Pero Vaz de Caminha. Na esquadra de Cabral veio um escrivão, que mandou por escrito a notícia. Quando a caravela de Cabral partiu da costa da Bahia, em 1500, continuou em direção ao sul da África para finalmente chegar na Índia e de lá levar especiarias, pimenta, cravo, canela e noz moscada. Assim aprendemos na escola.

Porque a pimenta, o cravo e a canela eram tão importantes? Portugal estava mobilizando esquadras em busca de especiarias para conservar carne. Esse era seu valor fundamental. Quando chegava o inverno, os rebanhos sem pastos eram abatidos e a carne devia ser conservada para poder ser consumida nos meses de inverno. Antes de usar as especiarias se usava apenas sal, mas o sabor da carne ficava muito ruim.

Os portugueses imaginavam que no Brasil encontrariam algo de valor. Na verdade ficaram decepcionados quando aqui desembarcaram, porque encon-

traram apenas um bando de gente nua sem colares de prata, ouro, diamantes ou esmeraldas. O que levariam de volta para Portugal? Levaram o pau-brasil. "Brasil" é uma palavra muito antiga e tem a mesma raiz de brasa. A madeira pau-brasil tem uma cor avermelhada. Lembro-me que minha professora também não explicou por que o pau-brasil tinha valor. O pau-brasil valia muito porque, naquela época, estava começando a produção de tecidos de algodão e a cor vermelha (ou cor de vinho) só era usada pela nobreza, pelos bispos, pelo papa e pelos reis. Os veludos e os brocados tinham cor de púrpura e essa tintura vinha de uma concha. Ora, a madeira pau-brasil já existia na Holanda e na França, e custava muito caro porque vinha da Malásia. Daí os portugueses levarem essa madeira: os panos de algodão seriam tingidos com a mesma cor dos tecidos que a nobreza usava. É muito engraçado vermos o começo econômico da nossa história relacionado a uma substância, cuja cor fazia as pessoas se sentirem mais importantes!

Os portugueses acharam que os índios eram seres muito estranhos. Andavam nus, falavam uma língua que ninguém conhecia, e tentaram dominá-los para que trabalhassem como escravos, cortando e carregando nos ombros o pau-brasil até as caravelas; primeiro nas cercanias de Porto Seguro, local do primeiro contato, depois em Salvador, em Vitória do Espírito Santo, São Vicente,

Olinda, Recife, locais onde os portugueses foram construindo seus primeiros núcleos de colonização.

Isso tudo aprendemos na escola. Aprendemos que o Brasil foi descoberto, ou seja, não existia e passou a existir. Usemos a maturidade que a idade nos dá e tenhamos a coragem de dizer a palavra verdadeira: o Brasil não foi descoberto, o Brasil foi invadido. E foi invadido pela seguinte razão: todo o território do chamado Mundo Novo, que vai da Patagônia, no extremo sul, até o Alasca, estava habitado de ponta a ponta. O cálculo que os historiadores modernos fazem é que nas Américas havia 80 milhões de habitantes. Número que poucas pessoas conhecem, porque nos últimos dez anos é que se chegou a essa conclusão. A população do mundo conhecido, em 1500, era de 400 milhões de habitantes. O Brasil hoje tem 160 milhões. Naquela época o mundo tinha 400 milhões, sendo que 80 milhões estavam no Novo Mundo, ou seja, um quinto da população do planeta. Calcula-se que no Brasil havia entre 6 e 12 milhões de habitantes, os verdadeiros donos da terra há séculos.

Quando estudam o homem primitivo, os europeus dizem que as Américas foram habitadas há uns seis mil anos. O ser humano veio do norte, da Sibéria; atravessou o gelo que unia a Sibéria com o Alasca. Veio andando como caçador, descendo do Alasca ao Canadá e chegando aos Estados Unidos e ao México. Vindo a

pé e demorando milhares e milhares de anos chegou enfim ao Brasil, Argentina e Chile.

Uma velha teoria fala do Brasil como se fosse a última estação do trem. Parece que o Brasil era o último dos últimos lugares onde o ser humano iria chegar. Hoje sabemos que isso é rigorosamente falso. Num sítio arqueológico do Piauí, estão sendo descobertas pinturas nas pedras que existem há mais de 20 mil anos. Hoje a ciência consegue fazer um teste com carbono em um caco de cerâmica e saber se tem 5, 10, 15, ou 20 mil anos. Estão sendo descobertos no Brasil restos de urnas funerárias, de panelas de barro e de ossos humanos, mostrando que há 30 mil anos já havia almas no Brasil.

O que eu quero afirmar dizendo que já havia alma? Afirmo o seguinte: em nosso imenso continente, há 30 mil anos, os habitantes que aqui estavam não vieram apenas pelo Alasca, mas também em balsas pelo oceano Pacífico, e de uma série de outros lugares. Muitos de nós carregamos genes que vêm dessas populações. Essa gente tinha enfrentado os problemas fundamentais da humanidade, problemas que o ser humano tem que resolver para poder sobreviver. Que problemas são esses? Em primeiro lugar, como não morrer de fome, como se abrigar da noite, do frio, da tempestade e dos animais ferozes. Quando um homem e uma mulher geram uma criança cria-se um sistema de parentesco, para fazê-la

entender que um é o pai, outra é a mãe, e os outros são irmãos. Foi preciso inventar panelas, aprender como obter fogo para cozinhar, inventar moradias e instrumentos de pedra lascada, como uma faca, uma mão de pilão, uma lança ou um machado. Foi preciso descobrir quais plantas se podia comer e quais serviam para curar doenças. E mais, era preciso adotar regras, estabelecendo o que é proibido e o que se pode fazer. Antigas regras como: não se deve matar o irmão ou o filho, não se pode procriar com a mãe ou com o pai, isso pertence a mim, aquilo é do outro, etc. São idéias éticas que constituem o princípio das leis, que foram sendo desenvolvidas nesses 30 mil anos. Também era preciso criar uma língua para se comunicar. Só no Brasil, em 1500, devia haver mil línguas diferentes. Além da linguagem, o ser humano precisa encontrar uma razão para viver, para se alegrar, para ter prazer de viver na companhia do outro e para saber como festejar a vida.

Assim chegamos à parte mais importante: o ser humano precisa entender, encontrar explicações de como se originou a vida e o universo; quem nos criou; e o que acontece com os humanos depois que morrem. Todas as populações das Américas tinham respostas para essas questões através da religião e da mitologia. O mito é uma história que dá uma resposta quando não se conhece outra melhor. Assim cada povo criou seu mito para explicar a origem do homem

e da mulher, do sol e da lua, do fogo, da água e da terra. Isso tudo é que chamo de alma: o que faz um povo viver, se multiplicar e progredir; uma substância que carregamos e nos faz acreditar que somos filhos de algo superior. Isso é alma. Então o Brasil tem uma alma muito antiga, uma alma ancestral que demorou 30 mil anos para se constituir.

Onde está o ponto triste da nossa história? O ponto triste da nossa história começa quando os europeus chegaram aqui, com a mentalidade que tinham. Não foram capazes de entender e reconhecer que a alma ancestral do Brasil tinha valor. Fizeram com que os índios abandonassem o que acreditavam, não reconhecendo que os indígenas tinham alma e sabedoria.

Estamos fazendo 500 anos. Está na hora de reconhecermos que é preciso valorizar as nossas raízes. A comemoração dos 500 anos do Brasil foi muito triste, a festa mais triste que já vi. Foi uma vergonha termos convidado o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de Portugal. Ele esteve aqui e não soubemos mostrar o que fizemos nos 500 anos de história. Lembremos que índios Pataxós foram perseguidos pela Polícia Militar nas ruas de Porto Seguro, o que é uma vergonha. Quinhentos anos se passaram e os brancos ainda não se entenderam com os índios; mandam a polícia persegui-los porque queriam mexer num monumento, um crucifixo que está no lugar onde

a frota de Cabral fez o primeiro contato com os nativos. Então os índios não têm o direito de colocar o monumento que quiserem e no lugar que quiserem? Tem muita coisa para mexer em nossa história. Não é preciso fazer polêmica e nem escândalo. O que precisamos é de cabeças maduras, que não tenham medo da verdade e que saibam olhar para todos os pontos de vista.

Então vamos olhar com calma e maturidade para o seguinte: o povo brasileiro tem um pai e uma mãe. O pai é um homem branco e português. A mãe é uma mulher índia. Os portugueses tinham uma qualidade que nem os ingleses, nem os irlandeses tinham quando conquistaram a América do Norte: os homens portugueses se sentiam atraídos pelas mulheres índias. Quando um português chegava ao Brasil era como se estivesse chegando ao paraíso. Estudei as cartas dos jesuítas. O padre José de Anchieta em 1550 dizia: "Se existe um paraíso na Terra, ele é aqui". E de fato o Brasil tem um lado paradisíaco ainda hoje. Se vamos para o litoral norte de São Paulo, para o litoral da Bahia, para o litoral nordeste ou para a Floresta Amazônica, encontramos uma natureza paradisíaca. E todo português aprendeu na escola que Deus criou o homem num jardim e o criou nu. Então, quando via aquele bando de índios nus, o que vinha em sua cabeça é que ele estava no paraíso e que as índias eram Eva. Assim, o português viveu uma grande aventura

extraconjugal porque sua mulher ficou trancada em casa, vestida de preto. Sabemos que elas eram chamadas de viúvas de vivos, porque os maridos iam embora nas caravelas e elas ficavam sem notícias, pois uns naufragavam, outros permaneciam na África, no Brasil, nas Índias, ou então voltavam dez anos depois com muitos filhos nas costas. Esses homens portugueses viveram uma grande aventura, e as índias brasileiras deviam ser muito bonitas e atraentes, como ainda são. Pelas fotos vemos que a raça indígena brasileira é uma raça muito bonita, com corpo bonito e sem obesidade. Aqueles portugueses corajosos e cheios de energia se juntaram àquelas índias muito bonitas, e assim começou o processo de miscigenação entre as raças portuguesa e indígena, criando o primeiro tipo híbrido, o primeiro mestiço das Américas, que é o filho de um pai português branco com uma mãe índia. Esse é o primeiro brasileiro de 1500 para a frente. Começamos como um povo mestiço, híbrido, mameluco.

Os primeiros africanos chegaram logo depois de Tomé de Souza. E assim começa a escravidão africana, pois os índios não agüentavam o trabalho escravo, que destrói sua dignidade e os mata. Com a chegada dos africanos, os portugueses também foram atraídos pelas jovens mulheres negras e começaram a gerar um outro tipo de mestiço, o mulato, filho de pai branco e mãe negra. Depois mulatos e mamelucos também se misturam, e

finalmente negros e índios também vão se misturar.

Mais tarde, no fim do século passado, vieram os imigrantes. Os portugueses continuaram a vir, e também vieram espanhóis, italianos, alemães, poloneses, tchecos, japoneses, coreanos, chineses etc. Hoje, o Brasil é um dos países com maior variedade genética do mundo. Existem países muito ricos e pequenos, como por exemplo a Suíça. A Suíça é um país onde todos são meio parentes e mais ou menos iguais. Não há grande variedade genética. A variedade genética, o cruzamento de genes, é que permite ao ser humano se transformar e evoluir. Assim, o Brasil tem a oportunidade de no próximo século, com as novas gerações, criar novas qualidades físicas e mentais, com novos tipos de inteligência e sentimentos. No Brasil vemos rostos que não se vêem em nenhum outro lugar do mundo. E o que dizer das misturas decorrentes, mistura de religiões, de culturas, de culinárias. É uma questão que precisa ser bem entendida, pois a mistura sempre foi vista como uma coisa ruim. Por que isso? Porque a História do Ocidente foi feita com base na supremacia da raça branca, que sempre se considerou superior às outras. Simplesmente por causa do pigmento da pele, a raça branca se considerou superior à raça negra e à indígena, como se por isso tivesse mais inteligência ou melhor espírito, o que é rigorosamente falso. Não existe nenhuma superioridade entre uma

raça e outra. O que existe são relações de poder: uma tem as armas de guerra e a outra não; uma é mais forte tecnológica, militar e politicamente, conquistando a outra e fazendo-a trabalhar para o seu desenvolvimento. É um problema de poder e não de cor de pele.

No Brasil, que é um país misto de origem, os senhores de engenho e os senhores das fazendas, muitos deles professores da Faculdade de Medicina e de Direito, lutavam pela manutenção da escravidão; achavam que índios e negros eram animais de carga sem valor algum. Chegavam a dizer que o problema dos brancos era a mistura com o sangue índio e escravo. Afirmavam: “a nossa elite branca não é pura como a elite da França ou a da Inglaterra, e por isso nosso país é pobre”. Essas idéias foram muito perigosas e só começaram a mudar quando Gilberto Freyre escreveu Casa Grande & Senzala. O escritor pernambucano mostrou, em primeiro lugar, que o senhor branco tinha essas teorias, mas de noite ia dormir com a escrava ou com a índia, gerando filhos bastardos com mulheres de todas as cores, filhos escravos.

A mistura vista do ponto de vista dos senhores de escravos e de engenhos é algo negativo. Vista de outro ângulo é uma coisa maravilhosa. É misturando coisas já conhecidas, colocando-as numa mesma panela que chegamos a um produto novo, um produto que apresenta o melhor de cada parte. E nós temos isso

no Brasil, e se chama povo brasileiro. O problema é que não sabemos dar valor ao povo brasileiro. Eu diria até que nosso grande problema é que somos um país que se olha no espelho e cospe na própria imagem. Olhamos para nós mesmos com olhos incrédulos. Ficamos com complexo de inferioridade, achando que aqui nada dá certo, que não conseguimos fazer as coisas direito e que a corrupção não tem jeito. Ora, só existe um jeito: é levantar nossa auto-estima. Isso tem que vir das autoridades, das instituições e das leis, que têm que olhar para o povo e dizer o seguinte: somos um povo que não faz guerra, que não tem ódio fanático. Somos um povo pacífico, que mesmo não tendo comida na mesa divide o pouco que tem com quem tem necessidade. O povo brasileiro é generoso, reparte o país com todo mundo. Os árabes e os judeus, por exemplo, estão sempre com o estopim aceso: está começando mais uma guerra na Palestina. Diferentemente, no Brasil árabes e judeus convivem produtivamente sem grandes problemas. O que em outras partes do planeta gera guerra, em nosso país sabemos como resolver. Sabemos como tomar cerveja juntos. Podemos ter religiões diferentes, mas sem guerra como a que existe na Irlanda entre protestantes e católicos. Apesar da escravidão, no Brasil moderno nunca houve atrocidades como as que aconteceram na África do Sul ou nos Estados Unidos. No Brasil existe a figura da mãe

negra, reconhecida e unanimemente considerada como uma mulher amorosa, uma mulher que tem o coração grande.

Na verdade, temos potencial para mostrar ao resto do mundo que problemas não resolvidos em outros países, aqui temos nosso jeito próprio de resolver. A Alemanha, por exemplo, é hoje um dos países mais ricos do mundo; passou por uma guerra, teve o abominável nazismo, suas grandes cidades foram bombardeadas. E com tudo isso a Alemanha se reconstruiu e hoje é um país riquíssimo. Os alemães não sabem o que fazer com o tempo livre; precisam chamar especialistas em lazer porque não sabem como se divertir. Ora, se o brasileiro tivesse comida e trabalhasse cinco horas por dia daria lições de como ter alegria. Temos isso porque, mesmo em meio às tristezas, mesmo com o coração apertado com tudo o que acontece, 20 mil pessoas vieram domingo se divertir no parque aquático do SESC Itaquera, tentando viver momentos de alegria, de convívio e de prazer. A cidade de São Paulo não é uma cidade alegre; não tem muitos jardins, e no entanto cada um faz o que pode para celebrar um pouco a vida. Isto tudo é ser brasileiro, e vem da mistura construída nesses 500 anos de história.

Encerrando digo o seguinte: vamos olhar e pensar a nossa realidade de forma positiva; vamos ter a coragem de ver o que foi feito com muito sofrimento em nossa história. Temos que desenvolver



um olhar novo, nem velho e nem viciado. Devemos olhar para o nosso país e para nós mesmos com novas idéias. Ver o que há de positivo. Acreditar que este povo, no momento em que for respeitado e puder viver com um mínimo de dignidade, terá muita força e saberá encontrar soluções para os problemas de desigualdade de rendimentos, de uma infância que está abandonada e sem orientação; saberá cuidar da não destruição do meio ambiente, ensinando que a natureza tem que ser preservada; saberá encontrar uma forma de reeducar aqueles que perderam o caminho da ética e se tornaram criminosos; saberá como fazer com que as cidades sejam

mais humanas; saberá como se fazer respeitar o direito dos índios ao seu território; saberá como promover uma educação humana e amorosa para as crianças; saberá como acabar com os preconceitos; enfim, saberá dar uma resposta para o mundo de como ainda se pode inventar formas boas de viver.



O Brasil na Visão dos Portugueses

CARMINDA NOGUEIRA DE CASTRO FERREIRA
DOUTORA EM LETRAS NEOLATINAS PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.
BIBLIOTECÁRIA E MESTRE EM EDUCAÇÃO PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-SP

“O interesse do português pelo Brasil estava voltado predominantemente para o domínio do comércio juntamente com visão do Brasil como país da aventura, da sensualidade, terra de leite e mel, com a figura emblemática da mulata. Hoje, apesar de ainda ser o Eldorado dos pobres lavradores portugueses, é uma terra crua, onde injustiça e pobreza coexistem com o sucesso e a fortuna de alguns”.

Para refletir sobre como o português vê o brasileiro vamos recorrer ao imaginário popular. O que é o imaginário? É um fenômeno psicológico que nos fala da passagem da realidade à sua imagem, fato que não é tão simples, pois está sujeito a condicionamentos muito semelhantes aos que ocorrem no domínio óptico, com os espelhos. Se nos virmos através de um espelho plano, a imagem é real. Mas podemos ver também num plano côncavo ou num plano convexo e a imagem sai deformada. Então falar sobre o que o povo português hoje pensa do brasileiro talvez traduza uma imagem côncava ou convexa e não uma imagem realmente autêntica.

Por isso prefiro falar da imagem que eu tinha do Brasil quando vim para cá, e aí vou citar uma coisa que talvez seja muito interessante para todos. Ainda com os meus 15 anos eu li um livro que me impressionou extraordinariamente. Tenho pena que a leitura desse livro não seja quase lição obrigatória nas escolas. Sempre lamentei que não se recomendasse nas escolas a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha. Em minhas aulas sempre dava essa famosa carta, que traduzi em português atual, para ser lida por meus alunos.

Por que ler a Carta do Descobrimento? Primeiro, somos o único país no mundo que tem certidão de nascimento. Talvez Israel agora tenha porque é fruto de um contrato. Mas o Brasil é o único que

tem certidão de nascimento. Segundo, é um hino de louvor ao Brasil que qualquer criança devia ler na escola. Por que Pero Vaz de Caminha não mostrou nenhum espanto por ter chegado aqui? Isto é sinal de que ele sabia para onde vinha e que não foi o vento que empurrou as caravelas para cá. Mas ele ficou maravilhado com a natureza, com as pessoas, com o clima e não esconde isso. Então esse trecho, claro que traduzido em português dos nossos dias, adquire um valor extraordinário e que devia ser dado às crianças como uma parte da formação da cidadania.

Stefan Zweig teve o mesmo espanto que teve Pero Vaz de Caminha, embora pouca gente hoje se lembre desse grande escritor. “É um dos escritores mais impressos, mais adquiridos e mais lidos no mundo, um encanto de convivência, de conversação, de simplicidade, ternura e poesia”. Quem falou isso foi um brasileiro, Afrânio Peixoto, em 1932, no livro “Brasil, o País do Futuro”, uma expressão, aliás, hoje tão usada e abusada. Stefan Zweig veio aqui quase por acaso: foi convidado a ir para a Argentina e da viagem dele fez parte uma visita ao Brasil. Ele falava: “O Brasil, no sentido cultural, ainda é hoje uma terra incógnita”, como no sentido geográfico o foi para os primeiros navegadores. “Este país indubitavelmente está destinado a ser um dos mais importantes no desenvolvimento futuro do mundo”. Ele se penitencia de haver uma idéia errada sobre o Brasil em toda a Europa, afirmando: “Eu

próprio, quando parti pela primeira vez da Europa, nada ou pelo menos nada de seguro sabia sobre o Brasil". Chegou aqui e ficou maravilhado. Achou que o Brasil não devia ser qualificado como um país, mas como um continente. "Um país cuja importância para as gerações vindouras não podemos calcular, mesmo fazendo as mais ousadas combinações. Percebi que havia lançado um olhar para o futuro do mundo. É impossível conhecer esse Brasil tão vasto, esse mundo tão vasto e sei bem que a vida inteira não bastaria para conhecê-lo". Ainda mais: "É impossível ter uma noção completa de um país que ainda não tem uma vista completa, conjunta, de si próprio e se acha em crescimento tão rápido que todas as estatísticas e todos os relatórios já estão atrasados quando saem impressos".

Stefan Zweig salientava um aspecto importantíssimo, aquele que coloca o Brasil numa posição especial entre todas as nações do mundo no que diz respeito ao espírito e à moral: "Da maneira mais simples, o Brasil tornou absurdo - e a importância dessa experiência parece-me modelar - o problema racial que perturba o mundo europeu, ignorando simplesmente o presumido valor desse problema". Todo mundo sabe que Stefan Zweig era judeu e que teve que fugir da Alemanha de Hitler. A sua perturbação foi tão profunda que ele acabou por suicidar-se com a esposa no Rio de Janeiro.

Dizia ele ainda: "Longe de mim que-

rer dar a ilusão de que no Brasil já tudo se acha em estado ideal. Muita coisa ainda se encontra em início e em transição". Mas, sem se basear em tabelas estatísticas, ele achava que a classificação de acordo com o valor industrial, financeiro e militar não dava para avaliar o Brasil, com o grau de superioridade de uma nação pelo seu espírito pacífico e humanitário. "É país modelar e por isso um dos mais dignos de estima. O Brasil, cujo idioma se limita ao seu território, não tem desejos de conquistar territórios, não possui tendências imperialistas, a paz do mundo nunca foi ameaçada pela sua política, o desejo de conciliação e a atitude humanitária têm sido sentido pelos diferentes dirigentes do país. Mesmo as suas revoluções internas e as mudanças de regime se efetuaram quase sem derramamento de sangue. Ele teve como imperador o mais democrata e o mais liberal de todos os soberanos. Na existência do Brasil repousa uma das nossas melhores esperanças da futura civilização e pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura". Por isso ele se propôs a escrever este livro em que eu me baseei para formar o meu imaginário sobre o Brasil.

A Imagem Recíproca do Brasil: O Mito e a Realidade

Em 1502, realmente o rei D. Manuel não podia ligar muito para o Brasil, porque

mandou várias expedições apenas para avaliar o potencial da riqueza da terra. Enquanto não despertou realmente o interesse da Coroa Portuguesa, o Brasil era a terra dos exilados políticos e dos criminosos. A reputação do Brasil como a terra do desterro explica que, no Auto da Barca do Inferno, do Purgatório e do Céu, Gil Vicente contasse a história de uma lavadeira que deveria ir para o inferno, porque era fofoqueira, maldizente e arrumava encrenca com todo mundo; mas um anjo veio defendê-la porque ela era boa, protegia os pobres, repartia o que tinha. Então ela podia ir para a Barca do Purgatório enquanto ia expiar os pecados. A lavadeira assim se expressa: “Ora, assim me salva Deus e me livra do Brasil”. Ela tomou a palavra Brasil como sendo o inferno. Deus livrou-a do inferno e mandou-a para o purgatório. Havia ainda a conotação de o Brasil ser representado por uma madeira que lembrava brasa. Brasa lembra fogo, fogo lembra o inferno. Então o Brasil era um lugar temível e medonho quando foi descoberto. Era muita bonita a natureza, mas não dava mais nada do que isso.

Essa referência reflete a atitude dos portugueses para com o Brasil Colônia. Em 1532, quando D. João III fundou as capitânicas hereditárias, ele as dividiu entre os fidalgos ricos. A constante ameaça dos invasores forçou o rei, em 1549, a estabelecer uma administração colonial. Com o crescimento do comércio do açúcar,

embora o número de imigrantes portugueses tivesse aumentado até 1600, o interesse de Portugal não aumentou muito, preocupado com a perda dos portos do Oriente e principalmente com o domínio da Espanha, em 1580. Era evidente o interesse financeiro na manutenção do território brasileiro, expresso por frei Vicente de Salvador que, em 1618, escreveu para o rei: “Estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter com este novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa deste reino se fará tão soberano que será um dos Estados do mundo”.

Todo mundo sabia que o Brasil seria um grande país. Quem devia fazer este país era quem estava aqui. Não foi a colonização portuguesa a culpada de o Brasil não se desenvolver. Os portugueses saíram daqui, e saíram muito bem por sinal. A Independência foi proclamada por um português. Sempre que me chamam para fazer uma palestra, no dia da Independência, eu acho graça e digo: “Vocês estão de acordo com a história, chamam uma portuguesa para falar da independência do Brasil”!... Porque foi um português que a proclamou. Daí veio um número incontável de reinóis à procura de fama e de fortuna. Essa busca pela fortuna explica o ressentimento brasileiro posterior. O Brasil e seus recursos tornaram-se então a nova esperança para a pátria mãe no final do Século XVI.

Durante o primeiro século da colonização, poucos portugueses educados decidiram ficar permanentemente na colônia. Eles consideravam o Brasil como sendo uma grande oportunidade de enriquecer ou conseguir refúgio por qualquer razão.

A descoberta do ouro em Minas Gerais representou a descoberta do Eldorado e exigiu da Corte Portuguesa um planejamento que assegurasse a permanência do Brasil dentro dos limites do império português. Além disso, a fama de Eldorado atraía para o Brasil uma quantidade enorme de portugueses, reduzindo de forma alarmante os recursos humanos na metrópole. Isso era importante. Com essa descoberta do ouro e a vinda dos portugueses para o Brasil, em 1618, frei Vicente de Salvador fez esta observação interessante: “Um homem vai para o Brasil condenado e regressa cheio de dinheiro e de honras”. Então o português de Portugal tem uma noção do Brasil muito mais formada pelo retornado, por aquele português que fez fortuna, volta para Portugal, manda fazer uma belíssima casa e faz benesses, manda fazer a igreja etc. Tudo isso ainda hoje é vivido, essa é a visão que alguns tem do Brasil, de que aqui é terra para fazer fortuna. Mas, para outros, não.

A política econômica de Portugal no Século 18, segundo Gilberto Freyre, foi deixar a grande lavoura um tanto de lado, favorecendo as cidades, os homens do comércio e até a gente miúda. Nesse

século o Brasil tornou-se a grande atração para o povo português. Era o Eldorado mesmo e isso contribuiu para o aumento da população. O ouro e os diamantes que chegavam a Lisboa criavam no povo a imagem do Eldorado. A imigração de Portugal continental, Açores e Madeira, aumentou tanto e em tão pouco tempo que houve necessidade de impor medidas de restrições. Há um documento de 1756 que se refere ao número de pessoas em Santa Catarina: mais do que 50% da população dos Açores. Ainda hoje podemos dizer que em São Paulo há mais portugueses do que em Lisboa. A imagem do empreendedor português vendendo aos brasileiros empobrecidos e roubando-lhes oportunidades de trabalho gerou hostilidade bastante forte. Gilberto Freyre faz uma descrição pouco agradável da imagem que passou a ter o português: gordo, sujo, porcalhão, so-vina, que vendia bacalhau e carne seca aos magricelas brasileiros doentes. Esta imagem é a base de muitas histórias e de muitas piadas aparecidas no século XIX e que permanecem vivas até hoje.

O período da colonização, findo com a proclamação da Independência, deixou mágoas e a nova nação ressentida contra a mãe pátria. Uma figura da era colonial merece um destaque: o poeta satírico Gregório de Matos Guerra, que viveu de 1633 a 1696. Nascido na Bahia, o “Boca do Inferno”, como era chamado, retratava os fenômenos sociais daquela

época. De família rica, aos 19 anos foi enviado para a Faculdade de Direito de Portugal, onde se tornou famoso como poeta irresponsável, hedonista e escandaloso. Vivendo nos dois países, ele personifica as atitudes e aspectos das duas sociedades, a brasileira e a portuguesa. Ridicularizava e condenava a tudo e a todos. Sua poesia vingativa e exagerada é fonte inesgotável de informação sobre o panorama de atitudes entre portugueses e brasileiros.

Em 29 de agosto de 1825, D. Pedro assinou o Tratado de Paz e Aliança, ratificado por Portugal em 15 de novembro. Este tratado é de suma importância para as relações entre os dois países, cada um deles considerando o outro como nação mais favorecida e amiga. Mas embora houvesse esse acordo, a imigração portuguesa aumentou entre os anos de 1850 a 1888. Só em 1888, entraram no Brasil 23 mil portugueses. Perante o povo português, o Brasil voltava a ser o Eldorado com um novo monopólio reservado aos portugueses: o comércio varejista. Surgiram então inúmeras organizações filantrópicas, serviços médicos, instituições de caridade, clubes sociais e outras atividades culturais, serviços destinados à proteção dos portugueses no Brasil, mas que logo abrangeram os brasileiros. Faz-se aqui a fundação das Santas Casas de Misericórdia, que ainda hoje tão grandes serviços prestam à saúde brasileira. O interesse do português pelo Brasil esta-

va voltado predominantemente para o domínio do comércio juntamente com a visão do Brasil como país da aventura, país da sensualidade, terra de leite e de mel, com a figura emblemática da mulata. Um francês da época assim se referia: "Os portugueses do Brasil preferem a posse de uma mulher negra ou mulata, à mais bela das mulheres. Eu muitas vezes lhes perguntei de onde vinha um gosto tão bizarro, mas eles não sabiam dizer de onde". Havia, sem dúvida, uma grande atração pela mulher negra da parte dos portugueses.

Hoje o Brasil, apesar de continuar a ser o Eldorado dos pobres lavradores portugueses, já não é a terra de leite e mel. É uma terra crua, onde injustiça, pobreza e trabalho coexistem com o sucesso e a fortuna de alguns. A terra de papagaios e de palmeiras é substituída pelo esforço, pelo trabalho exaustivo. Há um sonho para qualquer português que vem para o Brasil: é poder regressar à "santa terrinha", que é a expressão que eles usam, onde poderão gozar os benefícios da fortuna com a família e com os amigos. Essa idéia é gerada pelos retornados, por aqueles que voltam ricos. O imigrante sempre ama a terra onde um dia nasceu, ama a pátria como ama o seu eu, ama as pessoas, ama a vida e o trabalho, ama o mundo com um amor muito profundo.

A fraternidade luso-brasileira é paradoxalmente baseada numa distância e desconhecimento mútuos. Tanto

os portugueses não conhecem bem o Brasil quanto os brasileiros também não conhecem bem Portugal. Embora muitas pessoas considerem atrasado o povo português, eu faço notar uma coisa, porque circulo muito na rodovia Bandeirantes, já que trabalho em São Paulo e moro em São Carlos. Há pouco tempo, eu tive a grata surpresa de o meu ônibus passar no pedágio pela cabine chamada Sem Parar. Aqueles que se cadastram no Departamento de Estradas de Rodagem podem passar sem pagar o pedágio, quer dizer, ou já está pago ou vai ser pago. Há 12 anos eu vi isso em Portugal, ainda com mais alguma coisa: havia o débito automático na minha conta no Banco. Um pequeno sensor colocado no retrovisor dava um sinal em um sistema elaborado por engenheiros portugueses. Foram eles que fizeram um sistema que estava sendo cobiçado pela Itália, pela França e até pelos Estados Unidos. E 12 anos depois estamos vendo aqui, porque a rodovia foi comprada por uma empresa portuguesa que imediatamente o instalou.

Mas não faz mal, podem continuar a contar anedotas de português. Eu adoro

quando me contam uma boa anedota de português, gosto demais; aos meus alunos eu dou nota se me contarem uma anedota de português. Como aquela de um presidente do Brasil (não vou dizer o nome) que foi visitar o Salazar e lhe perguntou: “Eu queria que o senhor me dissesse qual é o segredo para se conservar tanto tempo no poder, tantos anos. Eu não consigo, quero me reeleger e não consigo”. Aí disse Salazar: “Eu não vejo segredo nenhum. Eu apenas me rodeio de pessoas que não contestam as minhas ordens, por mais absurdas que elas possam ser. O senhor quer ver?”. Chamou um ministro e disse: “Ministro, vá ver se eu estou no Palácio de São Bento”. O ministro fez uma reverência e foi correndo ao Palácio de São Bento ver se o presidente estava lá. Então o presidente brasileiro disse assim: “Mas é muito burro mesmo. Não podia telefonar?”

VELHOS
CIDADAOS
Terceira Idade e
Brasil
500 Anos



SESC

24 e 27 de outubro 2000 - São Augusta - Rio Paulo - SP

The poster is rectangular with a dark background. At the top, the text 'VELHOS CIDADAOS' is written in a large, serif font. Below it, 'Terceira Idade e Brasil 500 Anos' is written in a smaller, cursive font. The central image shows a large feather on the right and a boat on the left. At the bottom, the SESC logo is visible, along with the dates and location: '24 e 27 de outubro 2000 - São Augusta - Rio Paulo - SP'.



Portugal na Visão dos Brasileiros

CECÍLIA HELENA DE SALLES OLIVEIRA
HISTORIADORA. LIVRE DOCENTE DO MUSEU PAULISTA.
PROFESSORA DE HISTÓRIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

“Aparentemente nossa sociedade é muito aberta, recebe imigrantes, estrangeiros. Mas isso é só aparência, porque a nossa sociedade é muito violenta e discriminatória (...) precisamos superar esses preconceitos, essas diferenças, essas desigualdades, essa visão muito simplificada da nossa colonização, da nossa formação e dos portugueses”.

Neste artigo pretendo apontar algumas maneiras através das quais nós aprendemos a conhecer Portugal e os portugueses, que, afinal de contas, são extremamente familiares para nós porque somos tributários da cultura portuguesa também.

Existem muitos vínculos entre os dois países, existem muitos vínculos entre as duas culturas e certamente a cultura brasileira deve muito à cultura portuguesa. Mas o que me parece é que esses vínculos que estamos habituados a conhecer se tornam extremamente familiares e, muitas vezes, deixamos escapar algumas imagens, algumas representações que, ao invés de levar em conta a importância da cultura portuguesa e das relações que o Brasil mantém com Portugal, acabam denegrindo um pouco a imagem de Portugal e dos portugueses.

Estamos acostumados a ouvir pela imprensa, pelas próprias autoridades do governo brasileiro e pela mídia muitas representações de Portugal e dos portugueses. Essas imagens, repercutindo na mídia, favorecem uma simplificação do conhecimento que temos sobre Portugal e os portugueses. Muitas piadas, muitas troças que existem em relação a Portugal e aos portugueses acabam favorecendo não o encontro dessas culturas e um respeito mútuo, mas preconceitos, discriminações e, muitas vezes, desqualificações.

Gostaria de chamar a atenção para a maneira como o governo e as

autoridades brasileiras encaminharam as comemorações dos 500 anos do Brasil ao longo deste ano. Penso ser interessante começar por aí porque é por esse caminho que percebemos quais são as imagens, as representações que temos de Portugal no Brasil. Ao longo deste ano e desde o ano passado as autoridades brasileiras procuraram justamente desenvolver as comemorações dos 500 anos do Brasil muito mais numa direção ufanista, ou seja, o que se celebrava na verdade não era o passado, não era a história, mas era o presente. Ao invés de pensar e refletir sobre a nossa situação presente, sobre os nossos problemas do presente, sobre o que nós somos e o que nós fomos, essas comemorações acabaram tendo um ar apenas de festejo e muito pouco conteúdo. Cito como exemplo a fracassada experiência da réplica da nau Capitânia, que acabou não saindo do lugar. Foi um esbanjamento do dinheiro público que serviu para fazer muita festa, mas com muito pouco conteúdo. As redes de televisão, particularmente a Rede Globo, acabaram repercutindo e divulgando essa mesma imagem que o governo brasileiro tinha feito. Então, na verdade, a propaganda toda foi dirigida na seguinte direção: Portugal e Brasil constituem povos irmãos, temos que nos congratular e o Brasil é uma nação que no futuro vai ser poderosa. Em contrapartida, junto com isso apareceu uma outra questão: a de que a sociedade brasileira é uma sociedade

harmônica, uma sociedade sem conflitos, onde os problemas que existem vão ser resolvidos no futuro porque somos um povo pacífico e a nossa natureza é exuberante. Mas, temos que esperar o futuro para resolver nossas questões.

Essa maneira de interpretar e de trazer a público as comemorações esconde uma série de problemas sociais e econômicos gravíssimos que, certamente, não serão resolvidos no futuro se não forem encaminhados no nosso dia a dia. Tais comemorações ufanistas acabam encobrendo esses conflitos, essas contradições. E há um conflito muito sério que está encoberto nisso: não basta dizer que brasileiros e portugueses são povos irmãos, isso tem que se concretizar na prática, porque no nosso dia a dia o que aprendemos, inclusive nas escolas e nos livros didáticos, não é bem isso. O que nos tem sido ensinado e o que aparece com muita força é que na verdade a culpa toda das nossas mazelas se deve à colonização que os portugueses fizeram aqui. Esse é um ponto que desmente, portanto, a solidariedade que os festejos pretenderam difundir.

Deveríamos ser mesmo irmãos, deveríamos mesmo nos congratular com os portugueses, mas na prática não é bem isso que acontece. A quantidade de piadas e troças que se fazem com Portugal e com os portugueses é a evidência maior de que por trás disso existe a impressão de que foi por causa dos portugueses que

este país não deu certo. Muitas vezes ouvimos que seria melhor que o Brasil tivesse sido colonizado pelos holandeses, pelos ingleses, porque talvez o nosso destino fosse outro. Mas é preciso lembrar que os holandeses, os franceses e os ingleses colonizaram a Índia, o Sudão, o norte da África, o Oriente, o Vietnã. Será que esses países e regiões podem hoje ser considerados harmônicos, progressistas e efetivamente desenvolvidos?

Talvez fosse o caso de pensar que não foi por que a colonização do nosso país foi feita pelos portugueses que temos problemas. Os problemas não decorrem da colonização que Portugal realizou aqui e não decorrem da nossa ligação com a cultura portuguesa. Mas decorrem do fato de que, durante o processo de construção desta nação, as nossas elites e a sociedade no seu conjunto não encaminharam como deveriam a construção dos direitos sociais. Penso que a situação dos pobres, das minorias e dos idosos decorre não da colonização que Portugal realizou, mas da maneira pela qual esta nação foi construída. Nesse sentido, as nossas elites é que devem ser interrogadas e questionadas. Nós mesmos é que temos que ser interrogados e questionados.

Se nos últimos anos a cidadania, a participação e uma série de reivindicações sociais e políticas foram conquistadas, elas se deram porque foram feitas através de movimentos sociais de base e não porque os nossos governos se voltaram

para os problemas e para o encaminhamento de questões sociais. Se hoje nós temos a defesa dos direitos dos idosos é porque há muitos anos os idosos vêm se organizando e reivindicando. Se hoje as mulheres, os negros, as minorias podem falar mais alto é porque existem organizações fora do governo que vêm lutando por isso. Isso não decorre da colonização que Portugal fez aqui. É uma questão da maneira como a sociedade brasileira foi organizada no século passado e vem se organizando neste momento.

Por isso mesmo é que lembrei a maneira como se deu a comemoração dos 500 anos. Porque o sentido que o governo brasileiro deu foi o de festejar a própria obra que está fazendo.

Será que em Portugal as comemorações tiveram o mesmo sentido? Não tiveram. Em Portugal as comemorações dos 500 anos, mesmo com a propaganda governamental, caminharam em uma outra direção. A sociedade portuguesa, através de suas várias organizações, se manifestou a respeito de questões que para eles agora são fundamentais: o que são os portugueses hoje? Como Portugal está incorporado à Comunidade Européia? Quais são as conseqüências disso para a dinâmica interna de Portugal e para a sociedade portuguesa? Qual o significado do reencontro, após 500 anos, de duas culturas diferentes, a brasileira e a portuguesa? Porque a nossa cultura, apesar de ter se originado da cultura por-

tuguesa, está muito distante dela, como estão muito distantes e das condições atuais de Portugal as nossas condições de vida.

Esta comparação serve para mostrar que existem outras formas de comemorar os 500 anos e que comemorar não significa tão somente festejar, significa também fazer uma reflexão sobre o que fomos, o que somos hoje e para onde queremos ir.

Por outro lado, quero destacar também que nas comemorações, em Portugal particularmente, os próprios historiadores e as autoridades reconheceram que hoje os portugueses conhecem muito pouco de nós. E penso que nós temos que aceitar esse fato. Hoje, nós brasileiros conhecemos muito pouco de Portugal e dos portugueses. Infelizmente, o que tem ficado é a imagem de que Portugal é um país atrasado, a imagem de que os portugueses, quando vieram para cá nos colonizar, eram povos atrasados e ignorantes. Ao lado disso o que surge é uma outra imagem: a de que os portugueses, tanto aqueles que vieram no período da colonização, quanto aqueles milhares e milhares de imigrantes que se estabeleceram aqui ao longo de todos esses anos, eram brutos, rústicos e que vieram para a América enriquecer, como se a vinda dos imigrantes não contribuísse profundamente para a nossa sociedade, para a nossa cultura, para o alargamento dos nossos horizontes culturais.

As piadas a respeito dos portu-



gueses, essas troças que nós estamos habituados a fazer, nada mais são do que uma manifestação do que imaginamos sobre Portugal: um país atrasado. Imaginamos também que os portugueses que vieram para cá não contribuíram para este país. Mas isso não é verdade, ocorreu o contrário.

A sociedade brasileira durante muitos anos e ainda hoje conserva um sentimento anti-lusitano e é isso que impede que reconheçamos não apenas o nosso vínculo com Portugal, mas também nossas diferenças. Impede também que aprendamos com essas diferenças e com o desenvolvimento que Portugal está vivendo. Impede efetivamente que centralizemos laços de solidariedade com os portugueses, que podem realmente ser extremamente solidários conosco, não só por causa da língua mas porque dividem conosco problemas parecidos.

O sentimento anti-lusitano, que é um preconceito, uma discriminação, aparece de várias maneiras. Aparece nas novelas, no cinema, na imagem que ainda persiste de que o português só serve mesmo para fazer negócios a varejo, atrás de um balcão vendendo cebola e bacalhau. Mas essa imagem é uma imagem muito trágica, muito simplificada e muito triste também, porque nós esquecemos o outro lado, o lado da presença portuguesa, o lado das tragédias que esses imigrantes todos passaram quando vieram para cá e procuraram se radicar aqui. Muitas ve-

zes esses imigrantes sofreram profundas discriminações e a mais importante delas é justamente o sentimento anti-lusitano.

De onde vem esse sentimento? Ele é muito antigo, vem desde a época da separação de Portugal, da época da Independência. Vem da época em que este país começou a se constituir como nação. Só que o anti-lusitanismo se manifestou no passado, não de uma forma aparentemente suave como agora.

Ao contrário, tal sentimento manifestou-se através de movimentos extremamente violentos. Muitas vezes esquecemos que, ao longo do século passado e mesmo no começo deste século, existiram movimentos chamados de "Mata-Marinheiro", "Mata-Maroto" e "Mata-Galego", que foram explosões populares de rua na quais os portugueses foram os mais atingidos, justamente porque se considerava que os portugueses eram nossos concorrentes e que vinham aqui tirar o emprego e o dinheiro dos brasileiros. Isso aconteceu não apenas no Nordeste, em Pernambuco e Salvador, mas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Boa parte da imigração portuguesa mais recente se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, mas muitas famílias portuguesas vieram para São Paulo e aqui também enfrentaram esse tipo de agressão que envolveu assassinatos, pancadarias e queima de estabelecimentos comerciais portugueses.

Aparentemente nossa socieda-

de é muito aberta, recebe imigrantes, estrangeiros, e os acolhe. Mas isso é só aparência, porque a nossa sociedade é muito violenta, muito discriminatória. E penso que os idosos sentem isso na pele em muitas ocasiões. Esse mesmo sentimento está presente em relação aos estrangeiros, particularmente em relação aos portugueses. Ainda não nos livramos da imagem de que Portugal é atrasado, quando na verdade Portugal hoje é um país que está em compasso com os restantes países da Europa. Ainda não nos libertamos desse sentimento anti-lusitano que imagina que os portugueses são brutos, rústicos e que vêm para cá “fazer a América”.

Podemos usar o momento dos 500 anos para fazer uma reflexão sobre a nossa sociedade e sobre a maneira pela qual nos relacionamos com os imigrantes e com os outros, com aqueles que são diferentes de nós e procurar não grandes

transformações, porque transformações rápidas não se sustentam. Se a sociedade brasileira quer se modificar - e penso que precisamos nos modificar -, precisamos superar esses preconceitos, essas diferenças, essas desigualdades, essa visão muito simplificada da nossa colonização, da nossa formação e dos portugueses. Para fazer isso, precisamos mudar o nosso miúdo, o nosso dia-a-dia. Somos nós e sem a pressão das autoridades (ao contrário, fazendo pressão sobre elas) que vamos mudar preconceitos e discriminações para percebermos Portugal como o nosso outro, respeitando nossas vinculações e diferenças.



As Condições de Vida do Idoso Brasileiro

LOURDES MESQUITA SIQUEIRA

FORMADA EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA. PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE CAÇAPAVA. COORDENADORA DA FACULDADE DA TERCEIRA IDADE DE CAÇAPAVA – SP.

“A situação dos velhos no Brasil é o resultado de lutas e conquistas que marcaram a recente história de sua emancipação em nosso país (...) O trabalho dos Conselhos Municipais do Idoso é extremamente importante. A única maneira de garantir aos nossos velhos o espaço que lhes é devido na sociedade é criar em cada município um Conselho Municipal do Idoso”.

A situação do idoso no Brasil é o resultado de muitas batalhas e conquistas. Isso porque o Brasil durante muito tempo ignorou na sua população um número considerável de pessoas com mais de 65 anos e a sua imagem era de um país extremamente jovem. Os altos índices de crescimento da população idosa despertaram, no entanto, a consciência nacional e mobilizaram instituições e estudiosos da gerontologia na busca de uma ação preventiva diante da nossa situação.

A inexistência de uma política do governo para essa faixa etária e as condições precárias em que se encontrava a Terceira Idade em nosso país chamaram a atenção do Sesc, levando-o a propor uma forma alternativa de atendimento a essa população, cujo crescimento era cada vez mais evidente. Essa iniciativa do Sesc de desenvolver um trabalho social com idosos começou em 1963 com um pequeno grupo na cidade de São Paulo. Tomando por base as experiências que naquela época estavam sendo realizadas nos Estados Unidos e Europa, esse trabalho, além de inédito no hemisfério sul, veio revolucionar o conceito de assistência social da pessoa idosa, pois até este momento as instituições sociais brasileiras executavam apenas o programa de asilamento para um grupo específico de idosos em condições particulares de envelhecimento. Entretanto, para o outro tipo de idoso relativamente saudável física e mentalmente, a sociedade e o

governo não ofereciam alternativas de convivência, integração e participação.

O trabalho do SESC, iniciado há 37 anos, foi se tornando cada vez mais conhecido, sofrendo com o tempo, evidentemente, muitas alterações. Hoje compreende três grandes projetos considerados básicos: Centros de Convivência, Escolas Abertas à Terceira Idade e Preparo para a Aposentadoria. Estou aposentada há sete anos e sei mais do que ninguém sobre a necessidade do preparo para a aposentadoria, para que se tenha condições nesse momento difícil de transição de substituir com inteligência os valores e as perdas, fazendo uma reengenharia em nossa vida, dando-lhe com muita coragem e determinação um novo rumo, um novo sentido.

Os centros de convivência da Terceira Idade, que têm como objetivo precípuo estabelecer o equilíbrio social do idoso, incentivar a sua participação na sociedade e retardar os efeitos negativos da velhice, têm obtido no Brasil o mais completo êxito. São sociedades civis sem fins lucrativos, muitas das quais já reconhecidas como entidades de utilidade pública, não só pelo Município como também pelo Estado e pela União. Possuem estatuto, regimento interno, inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, no INSS e no Conselho Nacional de Assistência Social.

Além de atividades administrativas, esses centros desenvolvem atividades socioculturais, tais como seminários sobre

temas de interesse do idoso, exposições de artes com trabalhos feitos pelos próprios idosos, resgate de tradições significativas da comunidade, procurando através de eventos e palestras preservar a memória histórica da cidade e mesmo da região. São locais de encontro, lazer e de um sadio convívio social, não só para os idosos pertencentes ao centro mas também para toda a comunidade local, inclusive para os asilados que ainda possuem capacidade de locomoção e desejo de viver. Ali podem eles participar de jogos, leituras, oficinas de trabalho, exercícios físicos apropriados à idade e condições de saúde de cada um, exercícios esses realizados com supervisão médica. Recebem permanentemente orientação sobre alimentação e como superar as dificuldades no que diz respeito ao desgaste natural de suas funções orgânicas e como evitar e tratar as moléstias próprias da sua faixa etária. Podem também colaborar na organização de eventos, tais como bazares, exposições e outros promovidos pelo centro em prol das obras assistenciais da cidade, tendo assim a oportunidade de descobrir a importância e o prazer dessa participação.

Tudo isso se torna possível devido às parcerias que esses centros promovem com as secretarias municipais da saúde, de esporte, lazer e turismo, da cultura, da educação, da cidadania e assistência social, e como o apoio permanente do Sesc.

Outros centros de convivência de

idosos funcionam em nosso país ligados a instituições privadas ou públicas, como é o caso do Centro de Convivência de Cruzeiro, que pertence à Fundação Carlos Marcelo Caetano, e o de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, que funciona junto à prefeitura, com o apoio da Delegacia de Ensino e também de instituições privadas do Rio Grande do Sul.

Temos também as associações de aposentados e pensionistas, que de início tinham por objetivo apenas a defesa dos direitos dos aposentados, mas agora estão se transformando em centros de convivência, procurando oferecer aos seus associados lazer e convívio social. Existem também no Brasil, como em outros países, casas de repouso muito bem equipadas, mas elas são destinadas àqueles idosos pertencentes à classe média alta, não aos idosos de uma maneira geral. Há ainda o Cativa, Centro de Atividades da Terceira Idade, entidade criada pela Terceira Idade e para a Terceira Idade e sempre voltada para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Outra conquista dos idosos, graças ao Sesc e ao apoio das universidades brasileiras, foi a criação das escolas abertas ou faculdades da Terceira Idade. A primeira dessas universidades surgiu em Toulouse, na França. No Brasil a primeira iniciativa nesse sentido coube à Unicamp, onde em 77 foi criada a primeira escola aberta da Terceira Idade em nosso país.

A partir de então, projetos seme-


lhantes foram implantados em universidades brasileiras, tanto públicas como privadas, possuindo essas escolas denominações diferentes mas convergindo para o mesmo objetivo. A Faculdade da Terceira Idade é um programa institucional em nível acadêmico que congrega o Curso de Extensão e de Atualização Cultural, o Centro de Estudos Avançados para a Terceira Idade e o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização e Gerontologia social. O Curso de Extensão e Atualização Cultural é ministrado em três níveis, tendo cada nível a duração de um semestre letivo. Em continuidade a este curso, os alunos podem freqüentar o Centro de Estudos Avançados para a Terceira Idade, o Ceati.

Essas escolas ou faculdades são um projeto de cunho social e educativo voltado para oferecer às pessoas com idade acima de 45 anos uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e de participação social, complementando o trabalho desenvolvido nos centros de convivência. A sua criação veio a ser para os idosos uma interessante proposta de educação continuada, de reciclagem e atualização de conhecimentos, o que é importante pois estamos diante de novas tecnologias que estão mudando a paisagem de nossas vidas e o universo do nosso comportamento. Bem informados e atualizados, teremos condições de melhor compreender esse momento de mudanças profundas e acertar nossos

passos ao ritmo de uma nova ordem social, cujas características aos poucos se definem.

A programação das escolas ou faculdades da Terceira Idade varia de acordo com o perfil de cada escola, porém certas disciplinas são consideradas básicas, tais como direito e cidadania, sociologia, história, ciência e tecnologia, educação ambiental, gerontologia social, língua e literatura portuguesa e ultimamente espanhol, inglês e computação.

A metodologia é expositiva e participativa com exercícios e dinâmica de grupos. Nós sabemos que as universidades brasileiras estão com as portas abertas para aqueles idosos que desejam cursar certas matérias dentro da universidade, juntamente com os alunos regularmente matriculados e que fizeram vestibular. Todavia, às vezes, cria-se uma situação difícil, porque são idosos compartilhando com adolescentes e assistindo aulas sobre disciplinas que não são adaptadas para a sua idade. Seria muito melhor que esses idosos, desejosos de obter um nível mais alto de formação, fizessem então o vestibular na faculdade e se matriculassem como alunos normais do curso. Na faculdade da terceira idade as matérias são adaptadas. Além de tudo isso, nessas escolas temos também excursões, encontros e outros eventos com a finalidade de enriquecer o convívio social.



**ENCONTRO
VELHOS CIDADÃOS**
SESC
ITAQUERA - SP

A terceira parte do projeto do SESC junto aos idosos diz respeito ao preparo para a aposentadoria. Esse trabalho vem sendo feito junto às empresas. O SESC também tem estimulado o trabalho voluntário do idoso. Essa participação na vida coletiva e mesmo no setor produtivo não deve ser considerada como um favor feito aos idosos, mas sim como um fator essencial para o desenvolvimento do país. Certa vez fizemos uma proposta ao Executivo Municipal, oferecendo o trabalho dos idosos em determinado setor, e a resposta foi esta: “Não, o nosso medo é que depois os idosos venham a cobrar o trabalho executado através de um processo e nós não vamos ter condições de pagá-los”. No entanto, esse receio desapareceu com a assinatura da lei federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 98, lei que regulamentou o trabalho voluntário no Brasil. Mediante essa lei, não existe mais razão para o poder público ou as empresas privadas terem medo da contratação do trabalho voluntário do idoso.

A atuação do SESC junto aos idosos tem sido nesses 37 anos extremamente valiosa, merecedora do maior reconhecimento e foi sem dúvida um passo gigantesco para tirar nossos velhos da marginalização em que se encontravam no Brasil.

A questão da velhice é, porém, muito mais complexa, pois envolve idosos em condições de freqüentar os centros e escolas da Terceira Idade, mas também

os institucionalizados, isto é, internados em asilos por doença, falta de recursos para a sua sobrevivência ou ali deixados por seus familiares, convivendo numa situação precária. Asilos, verdadeiros depósitos de programas sociais, hospitais de doentes crônicos sem assistência médica. Isso tudo está a exigir, com a maior urgência uma política do governo mais global, mais abrangente para todo esse segmento da sociedade. A 4 de janeiro de 94, o presidente da República assinou a Lei nº 8.842 que dispõe sobre a política nacional do idoso em nosso país. Essa lei foi regulamentada a 3 de julho de 96, dois anos depois, através do Decreto 1.948, e é hoje considerada como o estatuto do idoso no Brasil, merecendo atenção às áreas da saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, cultura, esporte e lazer. Foi também recomendada nessa lei a criação dos conselhos estaduais e municipais do idoso como órgãos permanentes, paritários, compostos por igual número de representantes do poder público e da sociedade civil.

O Conselho Estadual do Idoso de São Paulo, por exemplo, criado em dezembro de 97, é composto no que diz respeito ao poder público por representantes de 11 secretarias, um representante da promotoria pública e outro do Fundo Social de Solidariedade. Quanto aos representantes da sociedade civil, quatro são da Capital, dois da Grande São Paulo e sete do Interior. As principais atribuições

do Conselho Estadual são, entre outras, implantar a política estadual do idoso em consonância com a política nacional, incentivar, propor e orientar a criação dos conselhos municipais, acompanhando de perto os seus programas e projetos e avaliando o resultado de seus trabalhos.

A criação dos conselhos municipais merece especial atenção, porque eles são importantíssimos para a reivindicação dos direitos dos idosos. O Conselho Municipal do Idoso tem por objetivo precípua implantar a política municipal do idoso no município em harmonia com a política estadual e nacional. É composto de sete representantes do poder público e sete da sociedade civil. Os representantes do poder público são indicados pelas secretarias municipais e os da sociedade civil eleitos nos fóruns de idosos, ambos são nomeados pelo prefeito municipal. O presidente do conselho municipal não é soberano não pode decidir sozinho sobre esta ou aquela matéria, pois todas as decisões são tomadas com a aprovação da maioria dos conselheiros titulares. As funções do conselho são deliberativas, normativas, consultivas e fiscalizadoras. A função deliberativa é a que se refere à sua capacidade de, após discussão, decidir sobre assuntos de sua área. A função normativa é a atribuição do conselho de estabelecer regras de conduta interna relativas ao seu próprio funcionamento, regimento interno. A função consultiva é a que diz respeito à atribuição do conselho

de opinar ou dar parecer sobre assuntos que não sejam de sua direta competência, mas que se relacionem com a área de assistência social para o idoso. Quanto a função fiscalizadora, que é a mais importante, o conselho é a instância em que a sociedade civil local exerce o direito de avaliar e controlar as ações desenvolvidas pelos gestores da política municipal de assistência aos idosos, para indicar e exigir alterações, correções de rumos e garantir a moralidade do uso dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social ou na Secretaria de Cidadania e Assistência Social e mesmo nos órgãos e entidades executoras.

A criação dos Conselhos Municipais encontra entretanto muita resistência, pois esses órgãos exercem com seriedade sua função fiscalizadora, fazendo com frequência uma série de cobranças à Municipalidade. Isto porque o Conselho precisa estar a par dos projetos desenvolvidos pelo Executivo através de suas secretarias, no que diz respeito ao idoso e, portanto, sempre que necessário deve solicitar cópia desses projetos (objetivo, descrição detalhada de suas partes, etapas cumpridas, conclusões, avaliação dos resultados) bem como informações sobre seus custos. Deve também ter conhecimento dos convênios assinados comasilos e outras entidades que cuidam de idosos, existentes na cidade, com o objetivo de saber o montante da verba a elas destinadas e as condições para o

seu recebimento. Cabe-lhe também o direito de solicitar à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social um quadro demonstrativo de toda a verba recebida durante o ano, para a Terceira Idade, onde foi ela aplicada e quais os critérios adotados para sua distribuição. Por que? Em primeiro lugar, porque algumas prefeituras possuem projetos com idosos que são verdadeiros projetos de fachada, existentes apenas como justificativa para recebimento da verba destinada à Terceira Idade. Em segundo lugar, o Conselho não poderá trabalhar na implantação da Política Municipal do Idoso, senão estiver a par do que ocorre no Município. E o que é importante, precisa estar bem informado para que tenha condições de prestar contas à sociedade, considerando ele, uma instância através da qual a sociedade pode e deve fazer suas cobranças.

Além disso, tem o Conselho a atribuição de formular diretrizes para o desenvolvimento de atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos nas áreas de sua competência; estimular estudos, debates e pesquisas objetivando prestigiar e valorizar a comunidade idosa; promover contatos com órgãos federais, estaduais e organismos nacionais e internacionais com vistas à captação de recursos para desenvolvimento de projetos e programas; propor medidas que visem a garantir e ampliar os direitos do idoso, eliminando

toda e qualquer discriminação; opinar e propor soluções no que diz respeito às denúncias que lhe forem encaminhadas sobre a violação dos direitos do idoso; estimular a elaboração de projetos que tenham por objetivo a participação do idoso nos diversos setores das atividades sociais, culturais, educacionais e esportivas; promover visitas às entidades de assistência ao idoso com a finalidade de conhecer e avaliar o atendimento recebido pelos mesmos; organizar campanhas de conscientização ou programas educativos para a sociedade em geral, com vistas à valorização dos nossos velhos.

O trabalho dos Conselhos Municipais do Idoso é extremamente importante e é desenvolvido tendo-se em mente que as conquistas sociais só acontecem em bases organizadas e participantes. A única maneira de garantir aos nossos velhos o espaço que lhes é devido na sociedade é criar em cada município um Conselho Municipal do Idoso. É difícil, lutamos oito anos por essa criação. Não desanimem, continuem lutando, continuem cobrando, peçam ao Chefe do Executivo, mandem essa proposta ao legislativo, cobrem e, senão conseguirem, vão à imprensa falada e escrita, conscientizem a sociedade da necessidade desse Conselho. Um Conselho Municipal bem estruturado, com diretrizes e atribuições bem definidas, atuando não sob pressões políticas mas sim livremente, tendo em vista apenas o bem-estar da população



idosa, é desse tipo de conselho que nós precisamos. Mas para que o Conselho possa atuar sem pressões políticas, é imprescindível que o governo federal aprove a criação do Conselho Nacional do Idoso, por ele vetado na Lei 8.842. Será então o Conselho Nacional do Idoso que deverá ditar as normas para criação e funcionamento dos conselhos estaduais e municipais, evitando dessa forma interferências políticas que muitas vezes desviam o rumo de seus objetivos e impedem a sua criação.

Procuramos apresentar um panorama da situação dos velhos no Brasil,

situação que é o resultado de lutas e conquistas que marcaram a recente história de sua emancipação em nosso país. Continuemos empunhando a nossa bandeira para que nós, idosos do Brasil, possamos de cabeça erguida desafiar o mundo, dizendo a uma só voz: somos velhos sim, e daí?



A Situação dos Velhos no Brasil

IGNÁCIO SIMÃO KUNRATH

BACHAREL EM DIREITO. REPRESENTANTE DOS IDOSOS DO NÚCLEO DE ESTUDOS
DA TERCEIRA IDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

“Os movimentos e realizações voltados aos interesses da Terceira Idade passaram a considerar o idoso no seu todo enquanto indivíduo com necessidades físicas, psicológicas, econômicas, sociais, culturais; e enquanto ser social, político jurídico e ideológico (...) queremos ser tratados como indivíduos com capacidade de contribuir, de ser útil, de participar e, assim, poder viver dignamente”.

Falar do idoso nos 500 anos de Brasil não é uma tarefa fácil, porque este segmento da sociedade só começou a ser reconhecido nas últimas décadas. Muitos esforços foram necessários para a comunidade tomar conhecimento dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por muitos grupos, organismos, entidades e instituições públicas e privadas.

No Brasil, até os anos de 1880 não havia preocupação com o idoso. Por quê? Nessa época qual era a maior preocupação de uma nação em crescimento? Era ter gente para ocupar uma terra ainda a ser descoberta e desenvolvida.

Com a industrialização surgiram novos pensamentos nas comunidades européias, elaborados por grandes filósofos e pensadores. Através dos técnicos, oriundos dessas comunidades, começaram a se desenvolver aqui pequenos movimentos em torno dos direitos em geral, e em especial da valorização das pessoas que já não tinham mais espaço produtivo para o trabalho. A industrialização maximizou a capacidade produtiva, criando uma clara diferenciação entre o jovem, o adulto e o idoso. Este sem capacidade produtiva plena e relegado a um segundo plano, pois já estava velho para o trabalho. Não se falava em idoso, falava-se em velho.

Somente em 1888, embora a Lei do Ventre Livre seja anterior, surgiu um dos primeiros direitos destinado especificamente à causa dos idosos, o direito

de aposentadoria aos ferroviários, promulgado em 1890. Em seguida, até 1920, outras categorias como a do Ministério de Finanças, da Marinha, da Casa da Moeda e do porto do Rio de Janeiro também adquiriram direitos de aposentadoria. Ainda nesse período surgiram os fundos de pensão, que no início eram dirigidos a trabalhadores ligados a entidades públicas. Porém, em 1920, os trabalhadores comuns de várias outras empresas passaram a usufruir do direito às caixas de aposentadorias e pensões. Nestas caixas o empregado contribuía e também participava administrativamente. Esta participação era tripartite: empregado, empresa e governo. No entanto, o governo não respondia de forma eficaz.

Entre 1920 e 1930 praticamente não houve grandes mudanças. Em 1933, quando já se falava em Estado Novo, começaram a ser criados os institutos de aposentadoria e pensões. Surgiu primeiramente o IAPM, instituto dos marítimos. Logo em seguida surgiram os institutos de outras categorias: IAPI, IAPTEC, IAPC e outros.

Esse sistema coincidiu com o grande período dos sindicatos, do Estado Novo, seguido do trabalhismo. O sindicalismo era a força do trabalhador. Porque o sindicalismo? Porque o sindicato cuidava dos interesses do trabalhador ativo e também do aposentado. Não existia a diferenciação do sistema atual. Trabalhador era trabalhador; ficava vinculado ao seu

sindicato praticamente a vida toda. Isso criou uma força que em 1960 foi sendo modificada pelo novo tumulto político ocorrido naquela década. Para quebrar um pouco essa força sindical, o governo providenciou a unificação da legislação dos institutos de previdência. Até então, cada instituto obedecia a uma legislação específica.

Com a unificação das legislações e posterior junção de todos os institutos, em 1966 muitas mudanças ocorreram. O importante a ressaltar é que a aposentadoria deixou de estar vinculada ao sindicato e passou a ser uma questão de ordem social e de responsabilidade do Estado. Houve, assim, uma perda na força das representações sindicais. Os sindicatos se enfraqueceram porque o aposentado não mais pertencia a eles por legislação. O aposentado passou a ser responsabilidade do governo. Foi uma grande mudança conceitual. Naquele momento não se sabia quais seriam os efeitos, mas provocaram alterações. Portanto, os sindicatos ficaram vinculados aos trabalhadores ativos e os institutos aos aposentados.

Outro direito que se conquistou, em 1963, foi o da aposentadoria por velhice, pelo qual os homens acima de 65 anos e as mulheres com mais de 60 anos passaram a ter esse direito. Foi mais um marco na subdivisão de competências, que desvinculou o aposentado do trabalhador ativo. Através dessa lei ficou claro que podia se

aposentar até mesmo aquele que não tivesse tempo de serviço. Essa lei durou pouco, mas teve uma importância social muito grande. Em seguida, tivemos a lei da Renda Vitalícia, criada para pessoas acima de 70 anos.

Até aqui abordamos muito sobre o aposentado. Porquê? Porque socialmente o aposentado era considerado inativo, idoso e velho. Aposentado e idoso se identificavam socialmente. Pelas mudanças legislativas começamos a ter aposentados antes dos 50 anos. Muitos destes começaram a trabalhar muito jovens ou obtiveram regalias que existiam nas legislações. Surgiu a nova abordagem de que aposentado não é velho, uma grande mudança social. Em 1963 o Serviço Social do Comércio já se preocupava com esse segmento da população. Começou-se a diferenciar aposentado e idoso e a considerar que nem todo aposentado é idoso.

Com as iniciativas e realizações do SESC de São Paulo surgem outros movimentos e reivindicações sociais, que foram se espalhando por todo o território nacional. Na década de 70, mais precisamente, no período de 76 a 88 o movimento da Terceira Idade se consolidou, assim como a distinção entre aposentado e velho. Hoje a diferenciação é muito clara, tanto legal como socialmente. Em 76, por influência do sociedade civil, o Ministério transferiu para o Instituto Nacional de Previdência Social a responsabilidade de formação e desenvolvimento de profissionais para

atuarem junto a grupos de idosos em todo o país, e no ano seguinte, com a assessoria do SESC São Paulo, foi levada em frente uma nova mentalidade. É também desse período o surgimento das associações de aposentados que em 1986 formaram a sua confederação. Em 1987, foi constituída a Associação Nacional de Gerontologia. A confederação preocupava-se principalmente com os direitos de aposentadoria e saúde, enquanto que a ANG, passou a ver a pessoa do idoso como um ser completo, com capacidades sociais e produtivas, embora não tão plenas de vigor.

Um dos marcos dessa época foi a realização dos dois primeiros Encontros Nacionais de Idosos, em 82 e 84, quando mais de dois mil idosos representantes de 19 Estados brasileiros se reuniram no SESC Pompéia, em São Paulo. Em 1986 fundou-se a Confederação Nacional dos Aposentados, e em 1987 a Associação Nacional de Gerontologia.

As realizações e mobilizações ocorridas nesses anos foram muito significativas, como as famosas marchas a Brasília por exemplo, os seminários e encontros e que culminaram na Constituição de 1988, na qual foi inserido o artigo 230 que diz o seguinte: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas do idosas".

Esse foi o grande marco histórico em se tratando de legislação e direitos relacionados à causa do idoso no Brasil. A partir daí eles passaram a ter os seus

direitos reconhecidos legalmente. Foi uma conquista muito difícil, que continua sendo difícil de ser concretizada eficazmente até os dias de hoje. No entanto, só em 1994 foi implantada a Política Nacional do Idoso com a Lei 8.842, regulamentada dois anos após através do Decreto 1.948.

Esses movimentos e realizações voltados aos interesses da Terceira Idade passaram a considerar o idoso no seu todo, enquanto indivíduo com suas necessidades físicas, psicológicas, econômicas, sociais, culturais; e enquanto ser social, político, jurídico e ideológico. O que se reivindica é o que o idoso necessita e quer como ser humano e cidadão brasileiro. Não se nega a velhice, queremos apenas que ela seja valorizada, queremos ser tratados como indivíduos com capacidade de contribuir, de ser útil, de participar e, assim, poder viver dignamente.

Em 1982, em Viena foi realizada a primeira Assembléia Internacional do Envelhecimento. Quais foram as questões levantadas? Analisando e trazendo as mesmas para o espírito e realidade brasileira teríamos a seguinte leitura: a primeira, saúde e nutrição, que são necessidades básicas para a vida do idoso. A segunda, a proteção ao consumidor idoso, pois ele é um cidadão normal, igual a qualquer outro. Quanto à moradia e meio ambiente, o idoso não deve ser relegado a morar em quartinho de fundos, enquanto os filhos ocupam os aposentos principais

da casa da frente, tampouco devem ser abandonados em asilos. Essas, dentre muitas outras preocupações, estão sendo mudadas lentamente na consciência de nosso povo em geral. Outra questão: a família. O que é e quem é a família? A família é quem tem que acolher o idoso. Ele faz parte da família. Ele quer participar da educação dos netos, quer continuar com sua vez e voz na família. Essa é a aspiração de todos os idosos, e que em Viena já foi trazida à pauta.

Outro aspecto é a garantia de ingresso no emprego. É uma questão dirigida principalmente aos que necessitam continuar trabalhando, por razões econômicas ou não, e que têm dificuldades para serem reconhecidos e aceitos. O que fazer para que o idoso continue sendo útil? Manter o seu tempo ocupado.

Outros dois pontos relevantes enfocados foram a assistência pública e a educação. A assistência pública, além de indispensável, não deve ter caráter puramente paternalista e sim atender a pessoa como merecedor das atenções neste estágio de vida. A educação é uma das questões mais amplas. Ela deve ser dirigida à criança, ao jovem, ao adulto e também à pessoa que envelhece. O ser humano, em qualquer idade, tem capacidade de aprender. A sabedoria é o auge do aprendizado e todos temos o direito de almejá-la. A experiência de vida ensinou o idoso e com um pouco de reflexão e teoria pode levá-lo a novos conhecimentos.

O mundo das comunicações, imprensa, rádio, televisão, internet e tudo o mais que tem surgido nestes últimos anos, trazem informações que devem ser trabalhadas para ser transformadas em conhecimento. Os conhecimentos acumulados através de uma educação permanente nos dão a sabedoria que transmitimos aos que vêm seguindo nossos passos. Aos idosos cabe transmitir sabedoria aos mais jovens. Essas foram, sem dúvida, as grandes preocupações do movimento internacional do idoso, que continuam atuais e que foram, em grande parte, contempladas pela legislação vigente.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos em recente entrevista disse: “Os produtos são valorizados pelos conhecimentos a eles agregados”. Esta afirmação reforça o que estávamos refletindo sobre o conhecimento. Se o conhecimento valoriza o produto, podemos afirmar que a sabedoria acumulada de cada idoso consciente é o que vai valorizar mais o movimento da Terceira Idade em nosso imenso Brasil.

Encerrando, deixo o ensinamento de nossa querida Rachel de Queiroz que, aos 90 anos, anuncia o lançamento de mais um livro de sua autoria, demonstrando que idoso é trabalho, realização própria, alegria, vida, e gente também! É o que todos nós podemos e vamos ser.



Políticas e Programas de Entidades Públicas para Terceira Idade no Brasil

URSULA MARGARIDA SIMON KARSCH

ASSISTENTE SOCIAL. DOCENTE DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE PÓS GRADUAÇÃO DA PUC-SP.

“Os dois pressupostos para as políticas públicas devem ser: proporcionar um envelhecimento saudável e a manutenção, custe o que custar, da capacidade funcional dos idosos. O importante não é esperar do governo que algo seja feito, mas criar situações nas quais os governantes exerquem o que tem que ser feito”.

A população do Brasil está envelhecendo muito depressa. A pirâmide populacional, que antes apresentava muitas crianças nascendo e poucas pessoas envelhecendo, hoje em dia apresenta a tendência de assumir o formato de um tijolo. Portanto, nascem menos crianças e as pessoas vivem mais tempo. No Brasil, a expectativa de vida das mulheres, que vivem mais do que os homens, está em torno de 70 anos de idade. Uma outra preocupação que se tem que ter no Brasil relaciona-se com as regiões deste país que têm uma densidade populacional maior de idosos, principalmente as grandes cidades.

O importante, quando se fala em entidades e em políticas públicas, é saber que neste Brasil, há muito pouco tempo, a população tem noção do envelhecimento populacional e ao mesmo tempo os governos ainda têm muita dificuldade de entender isso. Surge no cenário brasileiro uma população que não se conhece e só era conhecida pelas famílias dentro de casa. É impressionante como os nossos governantes também não conseguem enxergar. É realmente muito difícil convencer ministros, secretários, governadores e prefeitos de que existe uma grande população que está envelhecendo sem ter a menor infra-estrutura para poder usufruir de uma rede de serviços, que aliás quase não temos. E nem as pessoas se preocupam em criar serviços para idosos que não estão doentes.

Os estudos sobre o envelhecimento no Brasil nos dizem o seguinte: 80% das pessoas com mais de 60 anos têm saúde, têm pelo menos capacidade funcional. Elas saem, passeiam, vão ao cinema, podem ir ao banco, encontram a família, vão a clubes, viajam. Somente 20% não estão em condições de viver essas coisas. Para os governantes é essa população de 20% que precisa de assistência. Ora, e os 80% precisam do que? Esse é o grande desafio. Esses 80% não têm uma rede de serviços que deveriam ter, não têm um atendimento da Previdência Social que deveriam ter, não têm serviços de saúde para idosos como deveriam ter, não têm, depois de uma alta hospitalar, um acompanhamento automático em casa. Essa população, portanto, está dependendo de órgãos pequenos, de trabalho voluntário de organizações não-governamentais e de algumas ações públicas que, a muito custo, estamos conseguindo conquistar.

O mais importante no trabalho que temos realizado junto à área de saúde é exatamente propiciar um envelhecimento saudável para aqueles que estão próximos dos 60 anos de idade e para aqueles que já ultrapassaram essa idade. Para isso, estamos tentando fortalecer as famílias.

No Brasil a maior parte dos idosos vive em casa com alguém da família. Por isso, não são pessoas que precisam de asilo. São pessoas que vivem dentro de um quadro familiar. Mas as famílias estão mudando de cara, estão se “verti-cal-



zando". Há famílias que, em vez de terem mãe e pai morando junto com os filhos e com os avós das crianças, estão reduzidas à pessoa da avó criando seus netos. Isso que significa que pai e mãe podem estar separados ou trabalhando em outro lugar. Então é preciso que se entenda, agora, a família brasileira de um outro jeito, diferente daquele de quando éramos jovens, e as famílias eram extensas ou nucleares.

Dentro desse quadro, os dois pressupostos para as políticas públicas, devem ser: proporcionar um envelhecimento saudável e a manutenção, custe o que custar, da capacidade funcional dos idosos. Capacidade funcional entendida como saúde. Não precisamos todos fazer ginástica, mas também ter essa atividade como opção. Quando pensamos em governo, não devemos pensar apenas nas pessoas que estão lá ocupando cargos, mas sim na possibilidade de estarmos todos contribuindo de alguma forma, porque o governo somos nós. Eu aprendi uma importante lição, trabalhando para o Estado, já que a minha função principal é ser professora, que é a de conquistar as pessoas para as nossas idéias, mostrar o que se pensa, mostrar o que pode ser feito. Nesses termos é que eu acho que o importante não é esperar do governo que algo seja feito, mas criar situações nas quais os governantes enxerguem o que tem que ser feito.

Devemos lembrar também daqueles 20% de idosos que têm doenças e

precisam de cuidados todos os dias ou que vivem sozinhos. A questão que é deixada para trás é a questão dos asilos. O idoso asilado é um idoso que não têm quase nenhum apoio. Um fato muito chocante é que essas pessoas não têm motivação, não fazem nada no lugar em que estão abrigados. Uma tentativa governamental é a criação de programas integrados, dentro dos asilos, entre Secretarias, como Esportes e Cultura.

Um outro aspecto importante é a vigilância sanitária desses asilos, dessas instituições. Todos se lembram do escândalo do Asilo Santa Genoveva, no Rio, onde não havia as mínimas condições de higiene. Estão tentando implantar o sistema de vigilância sanitária para as instituições asilares.

Uma conquista que eu acho que vale a pena lembrar é a da vacinação para os idosos. O mundo inteiro está muito preocupado com a questão da gripe que a cada ano fica mais virulenta e mais difícil de evitar. Esse trabalho de vacinação de idosos é um trabalho internacional, uma pesquisa sobre quais os vírus que estão ocorrendo em determinado lugar do mundo e que podem migrar para outras regiões. A vacina na verdade, se não for repetida todo ano, não tem o menor sentido. Temos que nos disciplinar para nos vacinarmos e, assim, usufruir de mais saúde e melhor qualidade de vida. A vacinação é gratuita porque o Instituto Butantã aqui de São Paulo



já está fabricando essa vacina. No ano passado ela teve que ser importada dos Estados Unidos, da Suíça, etc. São iniciativas pontuais, mas que pela primeira vez estão sendo realizadas neste país e mostram que, de vez em

quando, algum governante, alguma pessoa de responsabilidade está se preocupando com a população idosa.



Políticas e Programas de Entidades Privadas para a Terceira Idade no Brasil

HERMÍNIA BRANDÃO

JORNALISTA. EDITORA DO ANUÁRIO GUIA BRASILEIRO DA TERCEIRA IDADE E
DA COLUNA SEMANAL GUIA DA 3ª IDADE DO JORNAL DIÁRIO POPULAR.

“É indispensável saber como está a situação do idoso hoje: o que já existe de programas, de trabalhos; o que pode ser feito; como a comunidade pode atuar em parceria com o governo; como as empresas podem colaborar. Frequentemente nos preocupamos em procurar recursos e parcerias para resolver cada novo problema, quando deveríamos em primeiro lugar informar e esclarecer (...) é fundamental a gestão da informação para que as pessoas fiquem sabendo o que está sendo feito pelo governo e pelas empresas”.

Antes de comentar sobre os programas de entidades privadas para a Terceira Idade no Brasil, lembro a comemoração dos 500 anos. Creio que existem algumas questões a esclarecer. Historicamente somos uma nação muito jovem. Esse fato é, muitas vezes, confundido com a questão da juventude de sua população. A juventude na identidade nacional, perante a História mundial, ainda é para muitos o grande argumento para acreditar que vivemos num país essencialmente de jovens. Nossa população está envelhecendo de forma acelerada e felizmente para quem trabalha nessa área, ou mesmo para os idosos que frequentam palestras e estão organizados, tal diferenciação fica evidente.

Sou jornalista há 26 anos e há cinco venho me dedicando à questão do envelhecimento saudável. Cada vez mais certifico o quão é fundamental a gestão da informação para que as pessoas fiquem sabendo o que está sendo feito pelos governos e pelas empresas. As iniciativas existem, mesmo poucas e isoladas. Porém, muitos ainda não as conhecem. Esse é o maior problema: em sua abrangência federal, estadual ou municipal, os governos não estão conseguindo informar a maioria dos grupos de idosos.

É indispensável saber como está a situação do idoso hoje: o que já existe de programas, de trabalhos; o que pode ser feito; como a comunidade pode atuar em parceria com o governo; como as empre-

sas podem colaborar. Frequentemente nos preocupamos em procurar recursos e parcerias para resolver cada novo problema, quando deveríamos em primeiro lugar informar e esclarecer.

Lembramos que os principais formadores de políticas públicas e até privadas são pessoas idosas. E isso não é menos verdade para os capitães das indústrias, para os presidentes de bancos e para os formadores das políticas privadas, quase todos muito idosos.

Atualmente no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Presidência da República, 70% do pessoal tem mais de 55 anos, o que equivale dizer que vão terminar seus mandatos na Terceira Idade. Tal fato deveria ser motivo para que eles se preocupassem, até por experiência própria, em criar leis e ampliar essa gestão de informação.

Precisamos reconhecer que, num país com apenas 500 anos, uma pessoa lúcida e ativa de 90 anos carrega na memória não só seus pais e avós, mas também mais da metade da história do país. Nas empresas a situação não é diferente. Os grandes capitães das indústrias, ou seja, as pessoas têm o poder, o dinheiro, o controle do mercado e mandam nas empresas deste país também são idosos. Temos vários exemplos: o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, está com mais de 80 anos e tem uma influência enorme em toda a elaboração da política financeira do país; o empresário José Mindlin, um dos homens

mais importantes da história da nossa industrialização, está com mais de 80 anos e é muito influente na mídia e nas artes; o jornalista e empresário Roberto Marinho tem 93 anos, e como todos sabem não manda somente na Rede Globo, mas em boa parte dos destinos da comunicação de todo o país. São muitos os que continuam influentes na sua área de atuação, mesmo longe dos holofotes da imprensa. Uma conversa com cada um deles vale muitas aulas de História.

Temos 500 anos e a nossa triste realidade mostra que até hoje não conseguimos fazer um projeto nacional. Não temos um projeto de país. O que temos a fazer é construir um projeto político e não um projeto partidário.

Quando refletimos sobre a criação de entidades voltadas para o social, mais uma vez percebemos que a nossa formação continua colonial, de caráter assistencialista. Se nos restringirmos somente à questão do idoso, percebemos ainda mais a relação feudal que persiste nas relações da nossa sociedade.

Os programas de entidades privadas voltados para a Terceira Idade praticamente inexistem no Brasil, se considerarmos como privado tudo o que não é público. Por mais óbvio que possa parecer, sabemos que no Brasil estas coisas se misturam e muitas são as entidades de caráter privado que trabalham com dinheiro público.

Muitas empresas querem trabalhar

com a questão do idoso; querem investir nesse segmento e criar algum tipo de benefício, mesmo porque assim pretendem atrair para seus produtos esse cliente potencial. Mas existe um engano muito grande nessa questão. Grande parte dos idosos ganha pouco e tem uma aposentadoria pequena. Existe uma avaliação errada do mercado que encara o idoso como um não consumidor. É um grande erro. Além de um terço dos idosos do país terem poder de compra real, os demais também pagam suas contas do próprio bolso, com a ajuda da família ou, em última instância, financiados pelos governos.

Todos somos clientes e consumidores de lazer e cultura; de médicos, clínicas, profissionais especializados, hospitais, casas de repouso, remédios; de roupas apropriadas e uma infinidade de acessórios que a idade avançada vai aos poucos nos impondo. Como consumidores temos o direito de exigir qualidade.

Quatro questões são frequentemente citadas pelos idosos e poderiam contar com vantagens se houvesse maior investimento da iniciativa privada: a da cultura, a do lazer, a da informação sobre Prevenção de Saúde e a da recolocação profissional para o Idoso.

Sabemos que a maior parte deste segmento da população não tem acesso a Cultura, principalmente por falta de tempo, quase todo consumido com o trabalho ao longo da vida. As mulheres, particularmente, quando chegam a Ter-

ceira Idade, com os filhos criados e muitas vezes viúvas, deparam-se com uma infinidade de coisas que querem conhecer, mas não sabem por onde começar. A iniciativa privada, além de não investir neste setor, em muitos casos burla a Lei, não fornecendo os descontos previstos de 50% para espetáculos de teatro, cinema e shows. São muitas as reclamações e não existe um órgão governamental que faça a lei ser cumprida. Muitos estabelecimentos afirmam nunca terem sido comunicados sobre a existência da lei. Existe hoje, principalmente no eixo Rio-São Paulo, muitas reclamações a esse respeito, e não se encontra um órgão competente para se denunciar. O SESC continua sendo um grande promotor de Cultura para a Terceira Idade.

O Lazer é outra reivindicação importante. Na Europa e nos Estados Unidos há uma série de programas em parcerias que envolvem governo e iniciativa privada no sentido de dar desconto de preços para que os idosos ampliem suas opções de lazer. Restaurantes, hotéis, companhias áreas fornecem gordos descontos. Não é uma obra social. É o mercado se aproveitando dos idosos que podem viajar o ano inteiro sem problemas de férias. Quando o idoso não tem renda suficiente para bancar sozinho o governo subsidia, porque sai mais barato gastar com os velhos em passeios do que em leitos de hospitais.

No ano passado fiz uma série de reportagens com empresas aéreas, tendo

como motivo o Ano Internacional do Idoso. Constatei que as pessoas de marketing das empresas desconhecem a legislação e a realidade do idoso brasileiro, e nem imaginam que já temos um grande mercado potencial. Uma pesquisa feita em 1998 garantia que 70% dos jovens da Classe A, que viajam para a Disneylândia, tem suas passagens pagas por avós e tios. Na Classe B são responsáveis pelo pagamento dos acampamentos e viagens curtas. Na Classe C e D os idosos são beneficiários de viagens presenteadas por filhos e netos e por diferentes motivos.

O setor hoteleiro é o que mais tem reagido favoravelmente. Os hotéis das cidades menores começaram a investir em divulgação nos últimos meses, procurando atrair principalmente os aposentados de maior renda. Mas ainda não se conscientizaram da necessidade de reformar e modernizar seus equipamentos. A maioria dos empresários dessa área desconhece as exigências para dar um conforto melhor aos idosos e para oferecer segurança nas hospedagens. São muitas as reclamações em relação a Embratur que não oferece qualquer respaldo sobre o assunto. Os empresários reclamam que gostariam de conhecer experiências de outros países para poderem adquirir parâmetros de investimento.

Várias ONGs começaram a trabalhar por todo o país na informação sobre a prevenção de doenças, ou em formas alternativas de tratamento ainda mais

precárias por parte do governo. Elas conseguem parcerias com financiamento do governo e de empresas privadas, entre elas muitos laboratórios farmacêuticos. Nesse caso a gestão de informação volta à tona, pois muitas vezes se estruturam e depois não sabem por onde começar na relação com os idosos.

Um programa de recolocação profissional para os idosos é indispensável no Brasil. Existem muitos que precisam de uma complementação da aposentadoria e tantos outros que independente dos valores de remuneração, gostariam de continuar no trabalho, porque ainda se consideram úteis, porque são uma memória importante de atuação.

Embora em São Paulo e no Rio de Janeiro já ocorra um número maior de tentativas por parte das empresas, a experiência de sucesso em todo o Brasil, de uma empresa oferecendo oportunidade de trabalho para idosos, é a do Grupo Pão de Açúcar. Na mesma época em que eles começaram, em 1997, 12 outras empresas de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro também abriram postos para os mais velhos. Delas 11 desistiram. A maior reclamação nessa área é a da falta de informação e de respaldo para os problemas com a família dos idosos.

Iniciativas para informar o idoso sobre o que acontece, e de como ele canalizar suas necessidades para transformá-las em leis e sugestões para entidades privadas também é um trabalho novo no

Brasil. Há quatro anos desenvolve-se na Câmara Municipal de São Paulo um fórum permanente de discussão sobre a situação do idoso: o seminário “Qualidade de Vida Para um Envelhecimento Saudável”; uma idéia minha que foi concretizada graças ao Vereador José Eduardo Martins Cardozo, que colocou a estrutura do seu gabinete para trabalhar por esses encontros mensais, abertos e gratuitos, onde o idoso tem voz para falar dos seus problemas na cidade. Neste seminário não se discute política partidária, apenas assuntos de interesse da Terceira Idade. São muitas as Câmaras Municipais que felizmente começam a aplicar esta iniciativa.

Desde julho existe na cidade de Santos o programa “Qualidade de Vida Para o Envelhecimento Saudável”, aberto pela Vereadora Suely Morgado. Oito cidades já estão interessadas na sua implantação. Esse programa é importante não só pela possibilidade de municiar os vereadores em projetos de lei, como também para oferecer às entidades um parâmetro do que acontece de real na cidade.

Existem iniciativas importantes tanto do poder público como de entidades privadas. Todos precisamos conhecê-las melhor e ampliar suas discussões.

Tudo que pode ser feito para o idoso tem que ser feito com ele, contar com a sua participação. Acredito que somente a informação pode motivar os próprios idosos.



A Situação dos Idosos Portugueses e as Políticas e Programas para a Terceira Idade em Portugal

JOSÉ DIAS

DIRETOR DE TURISMO DO INATEL - INSTITUTO NACIONAL PARA
APROVEITAMENTO DE TEMPO LIVRE DOS TRABALHADORES DE
PORTUGAL

“A partir de certas idades, ainda que mantendo uma grande autonomia, cria-se o ‘receio da noite’ e isso obriga a uma resposta da assistência continuada que os governos ainda não forjaram. Aqui parece estar o ponto fundamental da discussão da reforma dos sistemas de pensão, que é inadiável. Não se trata de reduzir direitos, mas sim de flexibilizar os sistemas de proteção”.

Como Portugal até final de junho deste ano presidiu a União Européia, vou refletir o pensamento do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Ferro Rodrigues, que tutela o Inatel e do gestor do projeto Talentum, Fernando Ribeiro Mendes, que se dedica à promoção dos talentos dos idosos em Portugal. Assim, tem vindo a ser entendido em diversos locais da Europa que a saída prematura do mercado de trabalho está pondo em causa a sustentabilidade da segurança social. Os governos europeus não querem mais aposentadorias antecipadas, eliminando, assim, os incentivos ao abandono precoce do mercado de trabalho. Elas estão reduzindo receitas, aumentando despesas e gerando a exclusão social. O raciocínio desse pensamento se assenta no princípio de que as aposentadorias antecipadas provocam redução da oferta de mão-de-obra, criam dificuldades financeiras aos sistemas de segurança social (quer pela redução da receita, quer pelo aumento da despesa) e obstam o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e o envelhecimento ativo. Importa pois inverter essa prática existente em muitos Estados europeus de utilizar a aposentadoria antecipada e outros regimes que fomentam a retirada precoce do mercado de trabalho.

Assim, é recomendável que a idade de aposentadoria suba, de modo a garantir o financiamento da proteção social, sem implicar na quebra dos direitos atual-

mente consagrados. Dentro de dez anos na Europa haverá menos 12 milhões de pessoas com idade entre os 20 e 40 anos e haverá mais 13 milhões de cidadãos entre os 40 e os 60 anos. Assim, o prolongamento da idade de trabalho pode ser na Europa uma forma de reforçar o sistema. Enfim, diz o governo, são necessárias mais medidas ativas e menos medidas passivas. O envelhecimento é, pois, na Europa a questão central para a sua evolução no início deste milênio. De um modo geral, alterou-se a nossa maneira de viver como resultado de uma perspectiva de longevidade muito grande. A cada ano há menos pessoas em termos relativos para substituir os que vão saindo do mercado de trabalho. Esta evolução exige que a gestão de recursos humanos se concentre nas questões da idade, fator que até agora tem sido negligenciado.

A boa nova dessa evolução é que o desemprego maciço de nossas sociedades deixará de constituir o fator número um da ameaça à coesão social. A má notícia é que a minha geração não vai poder envelhecer na longa Terceira Idade confortável como ainda vigente paradigma do modelo social europeu. A maneira como o Brasil e Portugal vierem a gerir nos próximos anos os seus recursos humanos e a questão da idade dos ativos vai ter que ser levada em conta. Cada pessoa das gerações vindouras vai ter uma trajetória profissional muito mais diversificada do que a que tivemos até

os dias de hoje. No futuro, nossos filhos e netos até os 30, 35 anos de idade não vão entrar completamente no mercado de trabalho. Como o ciclo de estudos vai se prolongar cada vez mais, vão percorrer estatutos de trabalho independentes, por conta própria, ou arranjar trabalhos a termo ou temporários. Só bem mais tarde arranjarão trabalho com características estáveis, para o suspender logo em seguida para ter que fazer a formação, dada a rápida obsolescência tecnológica. No futuro, as trajetórias profissionais vão ser bem mais complexas do que no tempo atual.

Caminhamos para uma Quarta Idade muito prolongada, em que o risco social que vai emergir com muita força é o da dependência das pessoas que podem ficar muitos anos com necessidade de assistência permanente por terceiros. Não falo apenas dos casos-limite dos que perdem completamente sua autonomia. A partir de certas idades, ainda que mantendo uma grande autonomia, cria-se o receio da noite e isso obriga uma resposta da assistência continuada que os governos ainda não forjaram. Aqui me parece estar o ponto fundamental da discussão da reforma dos sistemas de pensão, que é inadiável. Não se trata de reduzir direitos, mas sim de flexibilizar os sistemas de proteção. A idade média normal de aposentadoria dificilmente se agüentará aos 65 anos nos próximos anos, os governos não vão agüentar. Isso não

quer dizer que as pessoas aos 65 anos devam ser obrigadas a permanecer em seus empregos, é preciso criar maneiras de que cada um, com liberdade mas dentro do equilíbrio global por causa do impacto que essas coisas têm sobre as finanças públicas, possa escolher seu sistema e prolongar a sua vida.

As reformas da proteção social na Europa continuarão mantendo a proteção da cidadania, da família, da previdência social e da saúde. No futuro vai existir um Estado social muito mais contido, menos protetor e que não vai poder responsabilizar-se por cidadãos de 90 ou 100 anos. Os Estados não vão poder responsabilizar-se mais e não vai ser possível pedir aos Estados que cada cidadão tenha que trabalhar mais tempo no futuro, assumindo mais responsabilidades pela sua proteção, tomando precauções de segurança social ao longo da vida.

Como mostra a experiência portuguesa dos rendimentos mínimos garantidos, não vamos nos livrar de ter sempre um percentual da população em risco de exclusão social ou mesmo de cair nessa exclusão social. A questão da valorização dos recursos humanos para os idosos é, do ponto de vista da economia e do emprego nos próximos anos, o desafio mais interessante dos governos. Será desenvolvida uma estratégia de envelhecimento ativo no domínio das políticas da educação, formação, emprego, ação social, cuidados de saúde e proteção à política da família.

As políticas públicas de envelhecimento ativo vão remover os constrangimentos à flexibilidade ao longo da vida de cada cidadão, alargando-lhe o leque de opções em domínios como o ensino, a formação, o emprego e saúde, que o ajudem a preservar a sua autonomia na Terceira Idade.

A reforma dos sistemas públicos de pensões vai ser equacionada à luz dessa estratégia. Portugal, pelo seu governo e pelo ministro que tutela o INATEL, colocou a solidariedade e a segurança social na primeira linha do aprofundamento da cidadania. Lançou-se o programa de rendimento mínimo garantido que está apoiando 130 mil famílias, beneficiando 400 mil portugueses, dos quais 90 mil estão enquadrados em programas de inserção social. Foi desenvolvida uma nova política de prestações familiares, tendo-se criado o subsídio familiar a crianças e jovens, diferenciado segundo os rendimentos agregados familiares. Foi iniciada uma nova política de discriminação positiva das pensões, designadamente dos regimes contributivos da segurança social.

Os mais velhos estão disponíveis cada vez mais para aprender línguas e informática e exercê-las de imediato. Quem melhor que as senhoras e os senhores idosos está em condição de ajudar os operadores de Portugal e do Brasil a derubar as barreiras que ainda restringem as viagens dos seniores. Por que não Brasil e Portugal formarem, como a experiên-

cia chilena da Comissão Nacional para o Adulto Maior, guias turísticos seniores? O senhor Verger, cidadão belga, após sete anos de aposentadoria, professor, foi de novo chamado pelo governo para ensinar durante a doença de um professor ativo e mais jovem, tendo-o substituído porque em sua comunidade não havia ninguém disponível. A empresa belga telefônica, a Belgacom, após ter se reestruturado, pré-aposentou todos os seus colaboradores com 52 anos e este ano teve que readmiti-los de novo porque não tinha quem os substituísse.

O turismo social criará no próximo milênio muitos empregos para seniores na área de restauração rápida, restauração tradicional, alojamentos turísticos, agências de viagem e postos de informação turística. Está nas nossas mãos, mulheres e homens da melhor idade, seniores, da idade do ouro, da Terceira Idade, abraçar essa curiosa e grande indústria do terceiro milênio.

Uma recente viagem espacial do astronauta John Glenn, americano, foi realizada aos 77 anos. O Nobel de Literatura foi atribuído no ano passado ao português José Saramago, cuja obra mais importante foi escrita já depois dos 50 anos. A vitalidade e lucidez que ainda demonstra sua santidade João Paulo II, com 80 anos, não o impede de assegurar a liderança da Igreja Católica. São exemplos emblemáticos e universais que colocam em destaque o papel cada



vez mais relevante dos mais velhos nas sociedades modernas. A brutalidade do fenômeno do envelhecimento populacional em todo o mundo é considerável, se constatarmos que daqui há 25 anos, segundo as Nações Unidas, passaremos para o dobro de idosos que existem no ano 2000 e cinco vezes os que haviam em 1950. O fenômeno do envelhecimento da população é um grande desafio para as sociedades e para os governos, pois vai exigir em curto prazo a adoção de medidas inovadoras, respeitantes a matérias sensíveis, como o financiamento da segurança social, questão estruturante que permite a adoção de políticas de solidariedade, alargamento da idade de aposentadoria, duração da jornada de trabalho e sua flexibilização, políticas imigratórias, incentivos à natalidade, num contexto de estímulo à constituição e manutenção da família.

Os tempos futuros exigirão de fato políticas sociais integradas que confluem nos caminhos do aumento da população ativa e do tempo real do trabalho, ou seja, no aumento da esperança de vida ativa, que aliás alguns governos têm vindo timidamente a encetar, embora de forma realista, como demonstra a recente legislação portuguesa que está a incentivar o prolongamento da vida ativa para além dos 65 anos de idade de aposentadoria e penalizando quem pretende antecipar essa idade.

O LAZER E O TURISMO NA TERCEIRA IDADE

Nesse contexto histórico e face a essas evoluções demográficas e sócio-econômicas aqui resumidamente descritas é que surgem em alguns países iniciativas tímidas de criação de programas turísticos que respondem a necessidades objetivas e subjetivas de ocupação do tempo livre das gerações mais velhas, cada vez mais numerosas e usufruindo de total liberdade de horários sem obrigações impostas pelo trabalho na sua concepção tradicional.

Os governos, autoridades e instituições públicas de países e regiões, operadores privados e suas organizações representativas em todas as áreas de atividade e em particular nas que são fortemente influenciadas pela chamada globalização, como o turismo, são confrontados com a necessidade inadiável de forjar novas respostas, parcerias, assumindo riscos e derrubando preconceitos do passado. O tempo livre ganha importância social, espaço ideológico e econômico, conjugando um número crescente de consumidores cada vez mais exigentes e entidades de natureza pública e privada prestadoras de serviços.

De fato, para além de todas as razões técnicas, as pessoas idosas, na acepção das Nações Unidas, aspiram a uma vida em sociedade, digna, ativa, solidária e participativa, que não se compadece com

as ditaduras ameaçadoras da pobreza e da solidão que assolam com violência as gerações mais velhas.

O Encontro Velhos Cidadãos, promovido pelo SESC-SP, vem na seqüência da Terceira Conferência Mundial de Turismo Sênior, realizada em Lisboa em outubro do ano passado, em que o SESC e o INATEL participaram com intervenções de grande nível e que serão publicadas pela OMT – Organização Mundial do Turismo. Trata-se de uma oportunidade para propor o aprofundamento do debate e da reflexão confrontando experiências que resultam da atividade de organizações que se dedicam aos idosos. O chamado Turismo Sênior insere-se nos grandes desígnios da atividade turística em que o INATEL e o SESC inscrevem o turismo social.

Nosso objetivo é contribuir para dar resposta aos modernos desafios da exclusão e da integração social; criar condições de acesso aos benefícios do turismo para um maior número de cidadãos trabalhadores; desempenhar um papel ativo no reforço da economia e na criação de empregos, constituindo-nos como um fator de coesão social; e conciliar o desenvolvimento turístico com a proteção do ambiente e o respeito pela identidade cultural das nossas comunidades locais.

Importa assinalar que no ano de 1985 foi lançado na Espanha o primeiro programa de turismo da Terceira Idade

e no Brasil o projeto do Clube da Melhor Idade, dois países que são uma referência muito importante para Portugal e que influenciaram o desenvolvimento de modelos de programas de turismo sênior em meu país. Os objetivos centrais dos programas sêniores estão descritos no manual de operações dos clubes da melhor idade brasileiros que sintetizam: incentivar grupos de idosos à prática do turismo; melhorar a qualidade de vida dos cidadãos com mais de 50 anos; criar um novo mercado consumidor; melhorar o aproveitamento da oferta do equipamento turístico em épocas baixas. Salvas as diferenças particulares da realidade brasileira, são estes os objetivos mais louváveis desses programas.

Portugal acordou em 1995 e o governo de então lançou o seu primeiro programa de turismo para a Terceira Idade, em que foram contemplados 3.900 portugueses, seguindo-se um novo programa do governo saído das eleições de outubro de 1995, destinado já para o turismo sênior, em que participaram 23.500 portugueses maiores de 65 anos. Esses programas assumiram a configuração e o modelo do programa espanhol desde 1985, quer na versão do turismo sênior, quer na vertente de saúde. A gestão dos programas seniores em Portugal foi atribuída pelo governo ao INATEL, assumindo assim plenamente a nossa integração na lógica das políticas sociais que ganhou um novo fôlego com a criação em Portugal do

Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que co-financia esses programas em parceria com os ministérios da Economia e da Saúde, cabendo ao INATEL a gestão e operação desses programas. No final deste ano em Portugal ter-se-ão realizados cinco programas de turismo sênior e três de saúde, que no seu conjunto já beneficiaram 158 mil portugueses com mais de 60 anos de idade e geraram um volume de negócios diretos no mercado de US\$ 40 milhões. Foram colocadas à disposição dos participantes unidades hoteleiras de duas, três e quatro estrelas nas colônias de férias do INATEL. Nos cinco programas até agora realizados, 150 hotéis receberam os sêniores portugueses. Realizamos 7.300 visitas turístico-culturais, cinco mil espetáculos e 105 mil portugueses pela primeira vez entraram num cassino. O perfil dos portugueses que participam desses programas são cidadãos do sexo feminino de idade média de 70 anos, casadas, vivendo com seu cônjuge e tendo como vivência escolar o ensino básico. O grau de satisfação a partir dos inquéritos distribuídos aos sêniores portugueses é de 97%.

Uma originalidade do programa português em relação ao programa espanhol é a utilização de um método de diferenciação positiva em relação ao pagamento. Quem tem aposentadoria mais baixa paga menos e quem tem as pensões mais altas paga mais. A partir do ano passado, envolvemos pequenos

municípios rurais e as Misericórdias portuguesas na mobilização dos cidadãos mais pobres e dos meios rurais com menos de dez mil habitantes. Os aspectos positivos desse programa alargam-se à criação de empregos diretos e este ano estamos a avaliar os impactos socio-econômicos de cinco anos dos programas em Portugal, estudo esse que, pronto no início de 2001, será facultado ao SESC para sua análise e distribuição. Em Portugal, todos os indicadores até o momento permitem verificar que são claros os benefícios sociais alcançados pelos programas de turismo sênior pela ocupação do tempo livre dos idosos e pelo estímulo à economia local, regional e nacional.

Em conclusão, para garantir a qualidade da experiência turística dos sêniores, todo cuidado é pouco, por isso devem os sêniores e os cidadãos da Terceira Idade imprimir uma dinâmica, de tal forma que os programadores e os operadores turísticos estabeleçam programas que lhes digam respeito. Assim, fatores básicos de qualidade como segurança, higiene, interesses ambientais, independência, acessibilidade aos serviços e instalação em normas de proteção ao consumidor têm que ser obrigatórios. Uma alimentação saudável, exercício físico, assim como outros fatores que contribuem para o bem-estar, bem como aqueles que constituam o bem-estar espiritual e a qualidade de vida, devem ser observados. Os nossos programas devem ser

interativos com as comunidades locais, têm que ser dinamizadas visitas turístico-culturais e promovidas experiências educativas das culturas e patrimônios locais. As atividades de animação devem incluir espetáculos ao ar livre. Temos que promover redes sêniores e atividades comuns com as universidades da Terceira Idade. Temos que elaborar programas de acesso aos balneários termais. Temos que criar altos padrões de serviços, atividades sociais estruturadas e auditorias internas de avaliação dos padrões de qualidade do turismo que nos é oferecido. Temos que introduzir imediatamente tarifas para sêniores, aéreas, terrestres e marítimas, com base no Mercosul, assim como acontece no âmbito da União Européia, tarifas bonificadas nas épocas baixas para os cidadãos sêniores.

O mercado criado em torno da ocupação do lazer dos idosos crescerá no futuro e a oferta turística nesta área

vai adquirir uma importância crescente no mercado. A atividade turística destinada aos sêniores será, próximos 25 anos, uma poderosa partilha de negócios, mas também de afetos e conhecimentos entre povos e nações. Ao contribuir para desenvolver o segmento da atividade turística sênior, estaremos de fato a estimular uma maior partilha de riquezas, não só na ótica dos rendimentos como da organização dos mercados de trabalho e de lazer num quadro de tolerância, paz, democracia e liberdade que tanta falta fizeram para este final de milênio. Espero que o próximo século - temos que trabalhar todos para isso - seja um século em que haja mais paz do que houve neste e que o próximo milênio faça do turismo social e do turismo sênior um importante lobby em nível mundial. Viva Portugal, viva o Brasil, viva o SESC, viva o INATEL, viva a amizade Portugal-Brasil.

ENCONTRO VELHOS CIDADÃOS

Terceira

*Idade e
Brasil*

500 Anos



CARTA AOS GOVERNANTES

SENHORES GOVERNANTES

Desta Digníssima República Federativa

Ano 2000.

Ano comemorativo dos 500 anos de descobrimento do Brasil.

- Inspirados na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, escrita no primeiro dia de maio de 1500, idosos de todo o território nacional enviam este documento reunindo trechos de cartas escritas por grupos de idosos das mais diversas regiões brasileiras.

- Referida Carta, lida e aprovada em Assembléia Geral no encerramento do Encontro “Velhos Cidadãos”, promovido pelo SESC/SP, realizado de 24 a 27 de outubro de 2000 em Itaquera, cidade de São Paulo. Cerca de 5000 idosos representaram mais de 100 grupos de 15 Estados Brasileiros e 1 grupo de Portugal, nucleado pelo INATEL --Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores.

- Organizada a partir de trechos da carta primeira de Pero Vaz de Caminha, relaciona passado e presente: o estado original das terras avistadas e o estado atual de uma nação transformada.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! (...) Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender os olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Num país agraciado por Deus com uma superfície continental acima dos oito milhões e meio de quilômetros quadrados, como se justifica 500 anos depois milhares de brasileiros ainda não disporem de um pedaço de terra para plantar, viver e criar suas famílias? Como se explica a presença de tantos sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-voz e sem-vez?

Desde 1994 mais de 450.000 famílias de produtores rurais tiveram de abandonar a terra e migrar para as cidades, onde não encontram condições dignas de trabalho e de cidadania. Essa situação é agravada pelo crescente desemprego urbano tanto no setor industrial, como no de serviços. Na verdade o Brasil não precisaria de MST's, considerando-se que a Constituição Federal, no seu artigo 184, determina ao Estado Brasileiro a realização de uma reforma agrária, ou seja, o Estado intervindo e promovendo a desconcentração da propriedade rural mediante a desapropriação das terras que não cumpram sua função social.

Dali avistamos homens que andavam pela praia (...) Eram pardos, todos nus (...) Nas mãos traziam arcos com suas setas (...) Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam.

Os verdadeiros donos desta terra eram 5 milhões na época do descobrimento. Hoje são pouco mais de 220 mil. Foram dizimados à proporção de 1 milhão por século. Resistentes à dominação estrangeira em suas terras, centenas de nações indígenas foram tombando sob o peso de uma guerra desigual: surtos fatais de doenças desconhecidas, extermínio em massa, assassinatos de líderes. O sangue de centenas de milhares de homens, mulheres e crianças índias espalhou-se em solo brasileiro durante os séculos após o descobrimento.

Durante a década de 1870 foi decretada a extinção dos aldeamentos indígenas pelos governos das Províncias. As terras, defendidas em séculos de lutas, passaram ilegalmente às mãos de municípios e de particulares.

Depois de cem anos muitos povos, dados como extintos, ressurgiram na luta pelos seus direitos. Dezenas deles encontram-se oficialmente reconhecidos, enquanto outros começam a dar sinais de que ainda não foram destruídos.

No entanto, a violência iniciada há 500 anos persiste. Registros oficiais mostram que, da década de 70 para cá, os índios continuam sendo vítimas de assassinatos, torturas, espancamentos, prisões, detenções ilegais, sequestros e mortes por não assistência e más condições de vida. As nações indígenas sobrevivem hoje em reservas demarcadas e, teoricamente, protegidas pela Fundação Nacional do Índio. Muitas delas estão abandonadas à própria sorte, o que propicia a degradação de muitos índios.

Ao domingo de pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu (...) Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem em nenhuma crença.

Durante quatro séculos o catolicismo predominou no Brasil Colônia e Império, influenciando hábitos e costumes. Atualmente convivem pacificamente as mais divergentes manifestações religiosas e sagradas num sincretismo que revela os sentimentos e a alma do povo brasileiro numa junção de santos católicos, orixás africanos, seitas protestantes, sinagogas e mesquitas...

Também convivemos com os descendentes de outros povos adensando nosso patrimônio cultural, intelectual, moral, e contribuindo para a grandeza de nossa pátria. Possuímos unidade territorial e linguística. Mantemos a unidade nacional. Tudo isso é

patrimônio que nos orgulha. No entanto, nos indignamos ao constatar miséria, insegurança, criminalidade, impunidade, tráfico de drogas, contrabando, desperdícios, e por fim a corrupção.

Depois andou o capitão para cima ao longo do rio, que ocorre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia.

O desafio maior: encontrar caminhos para reconstruir a nação brasileira. A tarefa é difícil e exige o empenho de toda a sociedade, inclusive dos aposentados e idosos.

Algumas circunstâncias históricas fizeram com que a população idosa brasileira, viesse integrar o contingente dos excluídos neste processo de transição demográfica pelo qual atravessa o país. Nossa exclusão inicia no momento em que deixamos de ser mão-de-obra produtiva. A passagem para a aposentadoria significa sempre perda de poder aquisitivo, status e ausência de papéis sociais.

Aqui estamos, Senhores Governantes, com uma enorme disposição de participar e contribuir para uma mudança social.

Porém, apesar da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) ainda não somos reconhecidos como "cidadãos". Na oportunidade propomos alteração do artigo 14 da Constituição Federal que faculta aos idosos de 70 anos a dispensa do voto. Pois consideramos o voto do idoso, conscientemente politizado, qualificado pela sua maturidade.

Em nossa sociedade a preocupação com as questões sociais do envelhecimento é bastante recente.

A população idosa brasileira já está organizada em diversas instituições sociais. Em Congressos, Seminários e Fóruns há exigência do cumprimento da Lei 8.842/94 da Política Nacional do Idoso por parte do Governo, já que a sociedade vem ao longo dos séculos tomando iniciativas de relevante significado.

Esta terra, senhor (...) Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa (...) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro.

Com tristeza constatamos hoje somente 5% da Mata Atlântica presente em nosso mapa. Considerada pela Unesco como Reserva da Biosfera, está sendo permanentemente atingida pela ganância de imobiliárias e saques. O mesmo vem acontecendo com a região amazônica, vítima de devastação e cobiças.

E nesta maneira, senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

Senhores Governantes, nós da terceira idade queremos também lançar sementes de esperança, de solidariedade e de amor, colaborando com experiência e conhecimentos acumulados.

Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

Senhores Governantes, os idosos aqui reunidos desejam continuar contribuindo, mas esperam providências imediatas concernentes ao cumprimento das leis vigentes em prol de uma melhor qualidade e dignidade no processo de envelhecimento de nossa população.

Na oportunidade alertamos:

- No Brasil, em 1794 o quinto Vice-Rei de Portugal, Conde de Rezende, instituiu o Direito dos Idosos até hoje não efetivados. Possam os Senhores Governantes garantí-los ainda neste século.

- Está em tramitação um Projeto de Lei 183, de 1999, dispondo sobre o Estatuto do Idoso. Sugerimos seja uma Lei complementar à Política Nacional do Idoso, Lei 8.842/94.

- A criação do Conselho Nacional do Idoso, prevista desde 1985, favorecerá melhor encaminhamento da Política Nacional do Idoso.

- A Assembléia Mundial sobre o envelhecimento no ano 2.002, promovida pela ONU, exigirá do Brasil apresentar avanços conquistados pela Política Nacional do Idoso em cenário de melhores níveis que os de 1982.

Recebam, Senhores Governantes, o afeto que se encerra no peito varonil –destes filhos desta terra – Pátria Amada Brasil!

SESC Itaquera – São Paulo, 27 de outubro de 2000



CONSELHO REGIONAL DO SESC
DE SÃO PAULO
1999-2002

Presidente
Abram Szajman

Efetivos: Antonio Funari Filho, Cícero Bueno Brandão Júnior, Dante Ancona Montagnana, Eduardo Vampré do Nascimento, Eládio Arroyo Martins, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Maria de Faria, Luciano Figliolia, Manuel Henrique Farias Ramos, Orlando Rodrigues, Paulo Fernandes Lucânia, Pedro Labate, Roberto Bacil, Wallace Garroux Sampaio, Valdir Moysés Simão.

Suplentes: Amadeu Castanheira, Arnaldo José Pieralini, Fernando Soranz, Henrique Paulo Marquesin, Israel Guinsburg, Jair Toledo, João Herrera Martins, Jorge Sarhan Salomão, José Maria Saes Rosa, José Santino de Lira Filho, Mariza Medeiros Scaranci, Mauro Zukerman, Rafik Hussein Saab, Roberto Mário Perosa Júnior, Valdir Aparecido dos Santos.

Representantes do Conselho
Regional Junto ao Conselho Nacional.

Efetivos: Abram Szajman, Euclides Carli, Raul Cocito.

Suplentes: Aldo Minchillo, Manoel José Vieira de Moraes, Ubirajara Celso do Amaral Guimarães.

SESC
SÃO PAULO

O SESC – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O SESC de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o SESC SP conta com uma rede de 26 unidades, disseminadas pela Capital e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia, turismo social e cinema.

